



Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
O IRB Brasil RE apresenta o Relatório da Administração, relativo ao 1º Semestre de 2015, destacando as principais atividades desenvolvidas.
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções dos órgãos reguladores e supervisores aplicáveis às operações de resseguros.

1. Destaques

No primeiro semestre de 2015, o IRB Brasil RE entregou mais um resultado expressivo, consolidando um Lucro Líquido de R\$ 342 milhões, com crescimento de 33% em relação ao 1º Semestre de 2014. O total de Prêmios com Resseguro atingiu R\$ 1,8 bilhões no semestre, refletindo a forte demanda nas diferentes linhas de negócios, particularmente nas operações de negócios no exterior, que registraram expansão acelerada de dois dígitos, mesmo frente à retração no cenário econômico nacional e internacional. A atuação do IRB Brasil RE em todas as linhas de negócio e a estratégia de expansão comercial ampliaram a nossa base de clientes, reforçando a nossa posição de destaque no mercado ressegurador brasileiro.

2. Mercado de Seguros e Resseguros no Brasil

Em 2015, o mercado de seguros brasileiro continua apresentando um bom desempenho atingindo, no acumulado até maio, uma alta de 15% comparado a igual período do ano anterior. A expectativa para 2015, segundo a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização – CNseg é de um crescimento em torno de 16% para o mercado segurador para o ano de 2015.

No que se refere ao mercado de riscos resseguráveis, excluindo o DPVAT e o VGBL, a produção de seguros atingiu R\$ 35,3 bilhões, 6,0% acima dos R\$ 33,3 bilhões no mesmo período de 2014. Para 2015, a CNseg estima um crescimento em torno de 12% para esse mercado em 2015. O mercado ressegurador local, no acumulado até maio, segundo a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, alcançou R\$ 2,2 bilhões em prêmios de resseguro bruto frente aos R\$ 2,1 bilhões do mesmo período do ano anterior, o que se traduz em um crescimento de 4%. A participação das resseguradoras locais no total de prêmios do mercado tem permanecido estável ao longo dos últimos anos (em torno de 71% do mercado de resseguro em abril). O crescimento projetado do mercado ressegurador total para 2015 se situa em torno de 7%, mesmo considerando os ajustes da economia, que estão impactando os grandes projetos do país, e a pressão nas taxas devido à alta competitividade do mercado. Em junho de 2015, o mercado ressegurador brasileiro conta com 125 resseguradoras, sendo 16 locais, 35 admitidas e 74 eventuais. Até abril de 2015, o IRB Brasil RE teve uma participação de aproximadamente 45% entre as resseguradoras locais e 34% no mercado de resseguro total.

3. Expansão Internacional

Com o objetivo de fortalecer sua atuação no cenário global, o IRB Brasil RE intensificou o relacionamento com seus principais parceiros mundiais, bem como a reciprocidade de negócios. Pode-se observar uma tendência de crescimento no portfólio internacional da empresa, tendo em vista os resultados do primeiro trimestre do ano, em que os prêmios do exterior representaram aproximadamente 20% da carteira total de negócios produzidos.

No continente africano, o IRB Brasil RE continua atuando através da sua participação na African Reinsurance Corporation, onde detém 8% do seu capital, bem como através de seguradoras e corretores de resseguros. Na América Latina, o IRB Brasil RE tem mantido uma postura mais seletiva na Argentina, em continuação a estratégia realizada no ano anterior. A empresa vislumbra um maior número de oportunidades na Colômbia, no México e no Peru, devido ao cenário econômico mais favorável desses países.

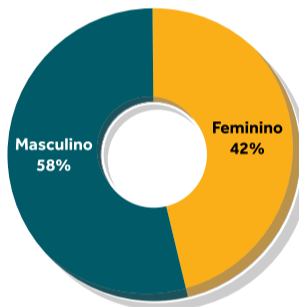
4. Governança Corporativa

O primeiro semestre de 2015 foi marcado pela implantação do Canal de Ética Corporativa e pela disponibilização da Cartilha de Prevenção a Fraudes a todos os colaboradores e parceiros de negócio, possibilitando o mapeamento e mitigação dos riscos de fraude, a prevenção à lavagem de dinheiro e o combate ao financiamento do terrorismo. Foi, também, realizado neste período, o inventário de áreas em contato com agentes públicos, tendo em vista a Lei Anticorrupção. As boas práticas adotadas refletem o compromisso do IRB Brasil RE em reforçar a governança corporativa.

5. Pessoas

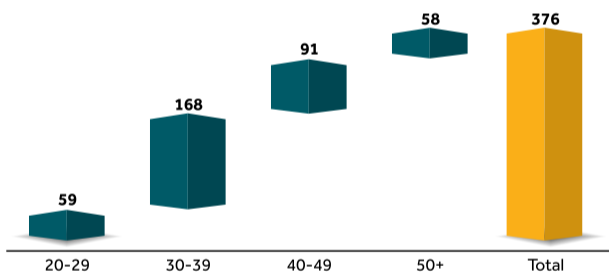
Dando continuidade à sua estratégia de atrair, desenvolver e reter seus talentos, o IRB implementou programas e projetos que demonstram o interesse constante no investimento, na capacitação e na qualidade de vida de seus empregados. Dentre eles, destacam-se:
• Readequação de sua estrutura organizacional de forma a atingir altos padrões de eficiência, aprimorando sua competitividade frente às principais empresas do mercado;
• Criação de mecanismos complementares de reconhecimento e retenção, como o Programa Outstanding Performance Awards, de modo a premiar o desempenho individual diferenciado;
• Atualização de plataforma e aprimoramento das ferramentas de gestão de pessoas;
• Patrocínio de ações de incentivo à prática de esportes e cuidados com a saúde; e
• Desdobramento dos resultados da pesquisa de clima em planos de ação, mantendo a empresa no caminho da transformação para se tornar uma das melhores empresas para se trabalhar. O IRB Brasil RE encerrou o primeiro semestre de 2015 com 376 empregados e dirigentes, com o seguinte perfil:

Percentual de Empregados - Sexo



Fonte: IRB Brasil RE

Distribuição de Empregados - Idade



Fonte: IRB Brasil RE

6. Tecnologia da Informação

No primeiro semestre de 2015, a Diretoria da Tecnologia da Informação, manteve, em linha com a estratégia corporativa, a implementação de soluções que suportam o crescimento, a economia e a agilidade nos processos de negócio.

Podemos destacar como principais resultados/ações do período:

Implementações Concluídas:

- Offers handling – implementação do módulo de controle de cotações de resseguro, facultativos, garantindo maior controle e aperfeiçoamento da gestão comercial;
- Portal de compras – permitindo agilidade e controle na operação de suprimentos e contratos;
- Telefonia IP – integração de telefonia, videoconferência e mobilidade, obtendo maior economia e agilidade para ações de comunicação.

Implementações em desenvolvimento:

- Solução de banco de dados em memória (Hana) – objetiva a geração de informação em tempo real do negócio aos principais decisores;

- Success Factors – objetiva aprimorar processos, procedimentos e ações em gestão de pessoas;
- Claims handling – objetiva controle de aviso de sinistros e recuperação, permitindo maior controle e gestão do processo de negócio.

Outras iniciativas

- Estruturação de Núcleo de Segurança de Informação – tem por objetivo de difundir a cultura deste tema na organização, bem como estruturar um plano e padrões de segurança no âmbito de TI, ampliando as competências gerais do time de Tecnologia da Informação.
- Reorganização da Governança de TI – com o objetivo de aprimorar o processo de gestão de TI, em linha com as melhores práticas de mercado e integrado ao ambiente de Governança Corporativa, que passa a atuar diretamente com o Diretor de Tecnologia, com foco inicial nas seguintes funções: gestão dos processos de TI; planejamento estratégico da DITEC; acompanhamento orçamentário e de projetos da TI; atendimento à Auditoria e Compliance; elaboração de métricas para TI.

7. Suprimentos

Início das adequações na infraestrutura predial, visando alocar a alta administração do IRB Brasil RE. Com isso, o nono pavimento passou por melhorias nas instalações e passou a ter a configuração que será adotada quando da implantação das reformas no Edifício Sede.

8. Marketing e Comunicação

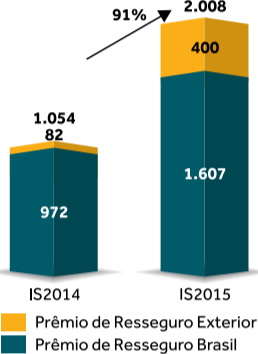
As ações de marketing e comunicação desenvolvidas pelo IRB Brasil RE no primeiro semestre de 2015 estabeleceram um posicionamento positivo da marca e favoreceram a superação dos novos desafios e conquistas. Os programas de endomarketing contribuíram para gerar um ambiente de trabalho motivador e produtivo. Foram também realizados ações e eventos que promoveram a aproximação com clientes e oportunidades de negócios.

Utilizando leis de incentivo à cultura e ao esporte, com dedução no Imposto de Renda de 100% do valor patrocinado, o IRB Brasil RE apoiou eventos e projetos que valorizam e estimulam a difundir a riqueza cultural brasileira e a fomentar a prática de esporte, dentre os quais destacam-se: as atividades culturais do Museu Casa do Pontal; o espetáculo musical "Ópera do Malandro"; o espetáculo musical "Bilac Vê Estrelas"; a Temporada Lírica 2015 do Teatro Municipal de São Paulo; a exposição e publicação fac-similar de livro referentes ao projeto "A muito leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro"; e as competições de provas de rua "Corrida das Estações", realizadas no Rio de Janeiro. Neste primeiro semestre de 2015, o IRB Brasil RE participou de projetos que produzem e disseminam informações e conhecimento nos mercados brasileiro e internacional de seguros e resseguros, tais como: o 4º Encontro de Resseguro do Rio de Janeiro; o 7º Seminário Latinoamericano de Seguros e Resseguros, promovido pela revista argentina "Mercado Asegurador", realizado em Buenos Aires, Argentina; e a 42ª Conferência da AIO, realizada em Túnis, na Tunísia, promovida pela Tunisian Federation of Insurance Companies (FTUSA) e Tunisian Reinsurance Company (Tunis Re).

9. Resultado com Operações de Resseguro

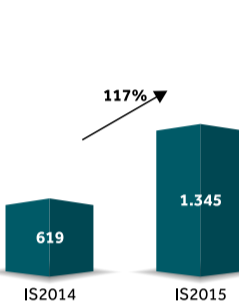
O bom desempenho operacional do IRB Brasil RE é demonstrado com o crescimento expressivo do faturamento do 1º Semestre de 2015, quando comparado ao ano anterior. No País, o destaque são as linhas de Property, Rural, Oil & Gás, Garantia e Habitação, que corresponderam a 69% dos prêmios emitidos pelo IRB no Brasil. Quanto à emissão do IRB no exterior, são destaques as linhas de Property e Vida, que representaram 50% desta carteira. Além disso, a expansão dos prêmios no exterior, também foi responsável pelo crescimento de 117% do Prêmio Retido, contribuindo para o aumento de 8%, no índice de retenção.

Evolução do Prêmio



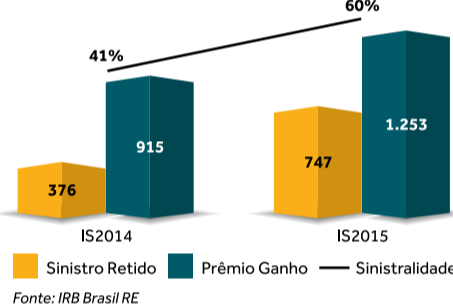
Fonte: IRB Brasil RE

Evolução do Prêmio Retido



O resultado do 1º Semestre de 2015 foi impactado por sinistros relevantes que ocorreram nas linhas de Property, Aviação e Agrícola. Com isso, a sinistralidade aumentou 14%, em relação ao 1º Semestre de 2014, consolidando um Resultado com as Operações de Resseguro total de R\$ 245 milhões.

Evolução da Sinistralidade

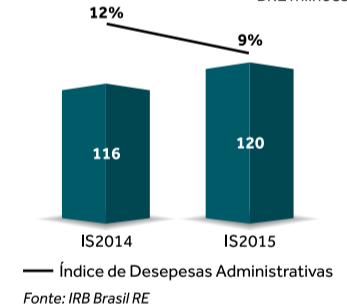


Fonte: IRB Brasil RE

10. Desempenho Administrativo

Buscando o aprimoramento dos controles de custos e identificando as sinergias operacionais, o IRB Brasil RE melhorou seu índice de despesas administrativas em 3%, comparado ao 1º Semestre de 2014. Em termos absolutos, as despesas administrativas aumentaram 4%, menos que a inflação acumulada registrada no período, impactadas pelo reajuste anual de salário dos funcionários (dissídio coletivo) e contratos.

Evolução das Despesas Administrativas



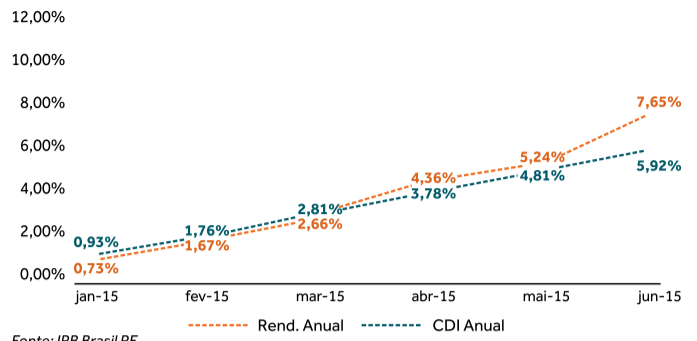
Fonte: IRB Brasil RE

11. Desempenho Financeiro

No início do ano de 2015, em virtude da troca da equipe econômica, mudanças importantes foram introduzidas, tais como: o realinhamento dos preços administrados, os ajustes nas contas públicas e a continuação do ajuste monetário, que impactaram diretamente o cenário econômico interno. Somando-se a esses efeitos, a possibilidade de elevação de juros nos EUA, elevam as incertezas e aumentam a volatilidade dos mercados financeiros internacionais. Diante desse quadro, na gestão da carteira de investimentos, mantivemos uma posição relevante em ativos pós-fixados (Letras Financeiras do Tesouro e Compromissadas) que evitou a volatilidade da

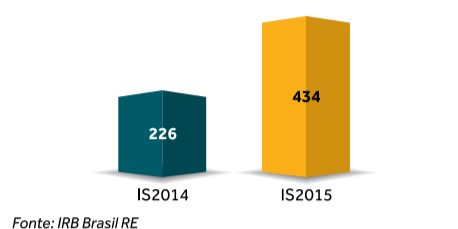
curva pré-fixada e ainda contribuiu para o maior alinhamento da carteira ao CDI. Na gestão dos ativos de maior risco, mantivemos maior alocação em ativos atrelados à inflação e a uma posição comprada líquida em dólar na maior parte do 1º Semestre de 2015. Entre os meses de fevereiro e abril de 2015, iniciamos a estratégia de redução da alocação em renda variável e de elevação em títulos indexados à inflação. Tais ações demonstraram-se acertadas e contribuíram decisivamente para que a carteira de investimentos atingisse rentabilidade nominal de 149% do CDI no período.

Evolução da Rentabilidade da Carteira de Investimentos X CDI



Fonte: IRB Brasil RE

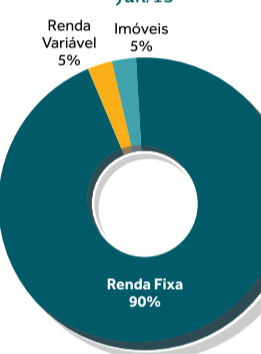
Resultado da Carteira de Investimento (R\$ milhões)



Fonte: IRB Brasil RE

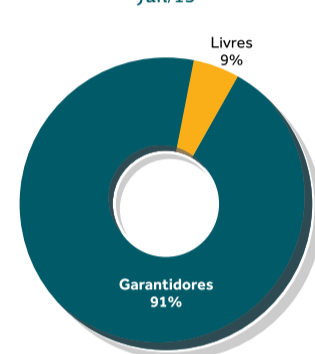
Ao final do 1º Semestre de 2015, a carteira de investimentos do IRB totalizava R\$ 5,8 bilhões. Desse total, R\$ 5,0 bilhões referem-se a aplicações denominadas em moeda nacional e R\$ 812 milhões, em moeda estrangeira. A empresa manteve postura conservadora na alocação dos recursos conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Alocação dos Investimentos - Jun/15



Fonte: IRB Brasil RE

Alocação dos Ativos Garantidores - Jun/15

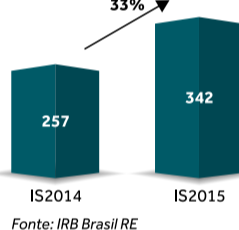


Em atendimento ao disposto no inciso IV do Art. 32 do Anexo I da Circular SUSEP nº 508, de 9 de janeiro de 2015, o IRB Brasil RE declara possuir capacidade financeira compatível com as suas operações e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

12. Lucro Líquido

O crescimento de 33% no Lucro Líquido do 1º Semestre de 2015, totalizando R\$ 342 milhões, reflete o compromisso da Administração com o desempenho operacional e financeiro do IRB Brasil RE.

Evolução do Lucro Líquido



Fonte: IRB Brasil RE

13. Prêmios de Reconhecimento

No primeiro semestre de 2015, o IRB Brasil RE recebeu o prêmio de melhor ressegurador brasileiro, promovido pela Reactions Magazine, durante o 4º Fórum Anual de Seguro e Resseguro, realizado em Miami, nos Estados Unidos, em cerimônia que contou com a participação dos mais importantes executivos do setor de seguros e resseguros, representantes das empresas que operam nos mercados latino-americanos. O presidente do IRB Brasil RE, Leonardo Paixão, e o Diretor de Subscrição – Riscos de Propriedade e Responsabilidade Civil, José Farias de Sousa, figuraram, mais uma vez, na lista Power 50 da revista LatAm Insurance Review. A publicação seleciona os executivos líderes no mercado de seguro e resseguro da América Latina.

Agradecimentos

A Administração agradece a confiança depositada pelos acionistas, a preferência das sociedades seguradoras, bem como dos demais agentes do mercado, e o apoio decisivo dos segurados na indicação do IRB Brasil RE como ressegurador prioritário na sua proteção. A Administração agradece, ainda, aos empregados pela dedicação no exercício de suas atividades, fundamentais para o bom desempenho do IRB Brasil RE.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Marcelo Barbosa Saintive	Conselheiros Flavio Eduardo Arakaki Marcelo Augusto Dutra Labuto Alexandro Broédel Lopes Samuel Monteiro dos Santos Junior
---	---

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente Leonardo André Paixão	Vice-Presidentes Mario Di Croce Fernando Passos José Carlos Cardoso Lucia Maria da Silva Valle
--	---

CONSELHO FISCAL

Presidente Maria Carmozita Bessa Maia	Conselheiros Haydewaldo R. Chamberlain da Costa Carlos Henrique Donegá Aida
---	--

Balancos Patrimoniais em 30 de junho

Em milhares de reais

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
CIRCULANTE		7.760.348	8.135.432	8.021.483	8.145.684
DISPONÍVEL		7.758	9.511	11.643	13.288
Caixa e bancos	5	7.758	9.511	11.643	13.288
APLICAÇÕES	6	1.415.453	2.410.608	1.419.928	2.414.646
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES	7.1	2.398.381	1.947.721	2.398.892	1.948.421
Operações com seguradoras	7.2.1	2.111.211	1.510.586	2.111.211	1.510.586
Operações com resseguradoras	7.2.2	404.014	512.238	404.014	512.238
Outros créditos operacionais		59.418	76.822	59.929	77.522
(-) Provisão para riscos de créditos	7.4	(176.262)	(151.925)	(176.262)	(151.925)
ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS		3.853.604	3.654.549	3.853.882	3.654.792
Prêmios - Retrocessão	8.1	637.761	607.855	637.761	607.855
Sinistros - Retrocessão	8.2	3.192.761	3.013.174	3.193.039	3.013.417
Outras Provisões	8.3	23.082	33.520	23.082	33.520
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		81.782	112.084	333.767	113.578
Títulos e créditos a receber	9	12.704	14.577	14.697	16.071
Créditos tributários e previdenciários	10.1	69.078	97.507	319.070	97.507
DESPESAS ANTECIPADAS		3.370	871	3.371	871
CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS		-	88	-	88
ATIVO NÃO CIRCULANTE		5.741.028	4.502.235	5.504.596	4.495.711
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		5.474.226	4.218.106	5.237.777	4.229.980
APLICAÇÕES	6	4.330.278	3.135.797	4.343.821	3.147.671
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		1.143.948	1.082.309	893.956	1.082.309
Títulos e créditos a receber	9	30.132	29.037	30.132	29.037
Créditos tributários e previdenciários	10.1	249.992	249.992	-	249.992
Ativo fiscal diferido	10.1	398.059	376.178	398.059	376.178
Depósitos judiciais e fiscais	21	457.017	418.354	457.017	418.354
Outros créditos a receber		8.748	8.748	8.748	8.748
INVESTIMENTOS		175.079	194.067	175.079	175.650
Participações societárias		-	18.417	-	-
Imóveis destinados à renda	11	174.965	175.520	174.965	175.520
Outros Investimentos		114	130	114	130
IMOBILIZADO	12	35.760	32.880	35.777	32.899
Imóveis		11.730	11.919	11.730	11.919
Bens móveis		23.042	20.918	23.059	20.937
Outras imobilizações		988	43	988	43
INTANGÍVEL	13	55.963	57.182	55.963	57.182
TOTAL DO ATIVO		13.501.376	12.637.667	13.526.079	12.641.395

Demonstrações do resultado
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
PRÊMIOS EMITIDOS LÍQUIDOS		1.760.455	952.813	1.760.455	952.814
VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS		(65.212)	351.683	(65.212)	351.682
PRÊMIOS GANHOS	24.1	1.695.243	1.304.496	1.695.243	1.304.496
SINISTROS OCORRIDOS	24.2	(919.425)	(667.282)	(919.425)	(667.282)
Sinistros diretos.....		(686.719)	(647.042)	(686.719)	(647.042)
Salvados e ressarcimentos.....		21.219	26.749	21.219	26.749
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....		(253.925)	(46.989)	(253.925)	(46.989)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	24.3	(49.963)	(28.358)	(49.963)	(28.358)
Comissões.....		(49.963)	(28.358)	(49.963)	(28.358)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	24.4	(31.057)	(62.737)	(29.718)	(61.771)
RESULTADO COM RETROCESSÃO	24.5	(441.095)	(213.658)	(441.095)	(213.658)
Receita com retrocessão.....		196.844	319.919	196.844	319.919
Despesa com retrocessão.....		(628.367)	(529.631)	(628.367)	(529.631)
Receita com participação nos lucros.....		1.796	-	1.796	-
Salvados e ressarcimentos.....		(11.368)	(3.946)	(11.368)	(3.946)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	24.6	(132.566)	(115.528)	(134.292)	(117.328)
DESPESAS COM TRIBUTOS	24.7	(46.756)	(24.808)	(46.756)	(24.808)
RESULTADO OPERACIONAL		87.301	192.125	73.994	191.291
RESULTADO PATRIMONIAL	24.9	(1.886)	30.132	(2.140)	30.011
Receitas com imóveis de renda, líquidas.....		19.393	22.706	19.393	22.706
Ajustes de investimentos em controladas.....		(21.444)	261	(21.698)	-
Outras receitas patrimoniais, líquidas.....		165	7.165	165	7.305
RESULTADO FINANCEIRO	24.8	423.755	190.209	424.443	191.266
Receitas financeiras.....		905.402	364.124	905.406	365.181
Despesas financeiras.....		(481.647)	(173.915)	(480.963)	(173.915)
LCRUCO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		496.250	412.466	496.297	412.568
Imposto de renda e contribuição social.....	24.10	(153.889)	(155.798)	(153.936)	(155.900)
Correntes.....	24.11	(182.709)	(181.798)	(182.756)	(181.900)
Diferidos.....	24.11	28.820	26.000	28.820	26.000
LCRUCO LÍQUIDO DO SEMESTRE		342.361	256.668	342.361	256.668
Lucro básico e diluído por ação		1,10	0,83	1,10	0,83

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora e Consolidado	
		2015	2014
Lucro líquido do semestre		342.361	256.668
Outros resultados abrangentes			
Itens a serem posteriormente registradas em resultado			
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior.....	23.4	3.073	(1.007)
Ativos financeiros disponíveis para venda	23.4		
Perda líquida originada de avaliação a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda no semestre.....		(19.791)	9.270
Realização de ganho originados da venda de ativos financeiros disponíveis para venda no semestre.....		-	97
Ganhos e perdas não realizadas com títulos e valores mobiliários - Controladas.....		15	-
Imposto de renda e contribuição social.....		7.916	(3.747)
		(8.787)	4.613

Itens que não serão reclassificados para o resultado

	Nota Explicativa	2015	2014
Benefícios pós-emprego			
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego.....	23.4	37.144	(3.376)
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego - Controladas.....		(196)	-
Imposto de renda e contribuição social		(14.857)	1.351
		22.091	(2.025)
		13.304	2.588

Total do resultado abrangente do semestre

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais e dividendos por ação ordinária

	Controladora e Consolidado			
	Capital social	Reinvestimentos	Ações em de reserva	Proposta de distribuição
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2014	1.453.080	253.593	822.084	(10.531)
Total do resultado abrangente do exercício.....	-	-	(10.531)	(15.647)
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários.....	-	-	-	5.621
Ajustes acumulados de conversão.....	-	-	-	(1.007)
Ganho atuarial em benefício pós-emprego.....	-	-	-	(2.026)
LCRUCO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	256.668
Total do resultado abrangente do exercício.....	-	-	-	256.668
PROPOSTA PARA DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO	-	-	-	-
Dividendo adicional pago do exercício de 2013.....	-	-	-	(165.635)
Total de distribuições aos acionistas.....	-	-	-	(165.635)
SALDOS EM 30 DE JANEIRO DE 2014	1.453.080	253.593	822.084	(10.531)
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2015	1.453.080	283.670	952.944	(12.956)
Total do resultado abrangente do exercício.....	-	-	-	4.765
Ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários.....	-	-	-	(11.860)
Ajustes acumulados de conversão.....	-	-	-	3.073
Ganho atuarial em benefício pós-emprego.....	-	-	-	22.091
LCRUCO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	342.361
Total do resultado abrangente do exercício.....	-	-	-	342.361
PROPOSTA PARA DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio (Nota 23).....	-	-	-	(79.000)
Dividendo adicional pago do exercício de 2014.....	-	-	-	(285.733)
Total de distribuições aos acionistas.....	-	-	-	(285.733)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	1.453.080	283.670	873.944	(12.956)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas intermediárias referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

O IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Brasil RE", "Resseguradora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima privada de capital fechado, criada em 1939 pelo então Presidente Getúlio Vargas, com sede na Avenida Marechal Câmara, número 171, na cidade do Rio de Janeiro e escritórios em São Paulo, Buenos Aires, Londres e Nova Iorque. Suas atividades estão concentradas nas operações de resseguros no país e no exterior. Adicionalmente, atua na administração de fundos destinados à garantia de determinadas atividades, em particular nas áreas de exploração e agricultura. Foi desestatizada em 1º de outubro de 2013, após a emissão de 40.000 ações ordinárias (12 milhões de ações após o desdobramento descrito na Nota 23.1), subscreitas e integralizadas por empresas privadas e de economia mista e renúncia da União Federal ao seu direito de subgratificação. Como resultado, a União Federal diluiu a sua participação no IRB, mas manteve a "Golden Share", ação preferencial de classe especial que lhe concede direitos especiais em deliberações.

O IRB-Brasil Resseguros S.A., na forma do art. 22 da Lei Complementar 126/2007, que facultou o ingresso de novas resseguradoras no mercado nacional, está qualificado como ressegurador local e autorizado a autorizar exercendo suas atividades de resseguro e retrocessão, independente de requerimento e autorização governamental. Importante observar que, desde 31 de março de 2011, com a entrada em vigor da alteração promovida na redação do art. 15 da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) nº 168, de 17 de dezembro de 2007 e pela publicação da Resolução CNSP nº 225, em 6 de dezembro de 2010, todos os contratos de resseguro passaram a ter, pelo menos 40% (quarenta por cento) de cada cessão obrigatoriamente contratados com resseguradores locais.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas intermediárias foram aprovadas pelo conselho de administração da Companhia em 31 de julho de 2015.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Bases de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

O IRB Brasil Resseguros S.A. mantém sucursal em Londres, cujas operações encontram-se em processo de descontinuidade (ver nota 5.6), de suas atividades. Em 11 de dezembro de 2014 em sua 209ª Reunião Ordinária, o conselho de administração aprovou a avaliação das operações dessa sucursal a valor de mercado para posterior aplicação de proposta para a sua eventual alienação. A referida avaliação não gerou perdas nas demonstrações contábeis do IRB. A Companhia também possui outra sucursal na Argentina que teve suas operações iniciadas em 1º de setembro de 2011. Os correspondentes saldos contábeis destas sucursais estão registrados e apresentados nos saldos contábeis individuais e consolidados da Companhia.

(a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2. Consolidado

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas: Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

A Companhia possui uma única controlada, localizada nos Estados Unidos da América, que se encontra em processo de "run-off". As informações sobre a controlada estão apresentadas conforme abaixo:

	IRB Internacional Corporation & Subsidiaries	100%
Quantidade de ações possuídas.....	5.000.000	-
Ativo.....	58.045	-
Passivo circulante e não circulante.....	(36.291)	-
Patrimônio líquido no fim do período.....	21.754	-
Prejuízo do período.....	254	-

A Companhia possui ainda a totalidade das quotas dos seguintes fundos de investimento:

- BB Ações 22 Fundo de Investimento Renda Fixa.
- Harbor Fundo de Investimento em Ações.
- Bradesco Fundo de Investimento em Ações Safe IBRX-50.

As demonstrações financeiras consolidadas intermediárias da Companhia foram preparadas com o propósito de consolidar sua controlada e os referidos fundos.

2.3. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Resseguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Transações e saldos
Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas intermediárias da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.
Para fins de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do período. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido.

(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente
Os resultados e a posição financeira da entidade consolidada, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:
(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação reconhecida".

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.5. Ativos financeiros

2.5.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos, quando utilizados, também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis incluem créditos e débitos das operações com resseguros e retrocessões, títulos e créditos a receber, depósitos judiciais e fiscais e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda
Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(d) Investimentos mantidos até o vencimento
Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

Demonstrações dos fluxos de caixa - (Método Direto)
Semestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Atividades operacionais				
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras.....	1.457.966	1.356.200	1.457.966	1.356.200
Recuperações de sinistros e comissões.....	383.218	285.468	384.441	285.468
Outros recebimentos operacionais (Salvados, Ressarcimentos e outros).....	43.805	148.005	45.367	148.477
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões.....	(966.546)	(851.899)	(967.384)	(851.899)
Repasses de prêmios por cessão de riscos.....	(488.894)	(441.751)	(488.894)	(441.765)
Pagamentos de despesas e obrigações.....	(142.607)	(129.260)	(145.125)	(129.621)
Outros pagamentos operacionais.....	(75.482)	(89.869)	(75.482)	(89.869)
Recebimento de aluguéis.....	20.988	16.641	20.498	16.641
Recebimentos de juros e dividendos.....	949	346	1.185	350
Constituição de depósitos judiciais.....	(24.182)	(53.588)	(24.182)	(53.588)
Caixa gerado pelas operações	208.725	240.293	208.390	240.394
Impostos e contribuições pagos	(186.519)	(153.927)	(186.519)	(153.927)
Investimentos financeiros				
Aplicações de investimentos ao valor justo por meio do resultado.....	(1.579.562)	(995.716)	(1.579.562)	(995.716)
Vendas e resgates de investimentos ao valor justo por meio do resultado.....	1.930.308	1.238.418	1.930.308	1.238.418
Investimentos financeiros líquidos	350.746	242.702	350.746	242.702
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	372.952	329.068	372.617	329.169
Investimentos financeiros				
Aplicações de investimentos disponíveis para venda.....	(1.516.528)	(525.850)	(1.518.843)	(525.850)
Vendas e Resgates de investimentos disponíveis para venda.....	1.123.583	367.913	1.125.697	370.779
Aplicações de investimentos mantidos até o vencimento.....	(1.633.966)	(4.307.815)	(1.633.966)	(4.310.680)
Vendas e Resgates de investimentos mantidos até o vencimento.....	1.978.958	4.290.736	1.978.958	4.290.737
Pagamento pela compra de:				
Imobilizado.....	(6.585)	(869)	(6.585)	(869)
Intangível.....	(6.312)	(12.900)	(6.312)	(12.900)
Recebimento pela venda de:				
Investimentos.....	-	-	-	-
Imobilizado.....	48	24	48	24
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(60.802)	(188.761)	(61.003)	(188.759)
Atividades de Financiamento				
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.....	(320.534)	(180.906)	(320.534)	(180.906)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento				



reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas *por impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda *por impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda *por impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

2.6. Classificação de contratos de resseguro

Os contratos da Resseguradora são classificados no início da cobertura de risco para fins de contabilização como contratos de resseguro. Um contrato é classificado como contrato de resseguro e se mantém classificado como tal até que todos os direitos e obrigações se extingam ou expirem. Contrato de resseguro é um contrato segundo o qual a resseguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte (resseguradora ou seguradora), aceitando indenizar a outra parte no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado) afetar adversamente a outra parte.

Desta forma, o contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro porque ele é definido como uma operação em que um emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso de ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente remensurados ao seu valor justo. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a juros de taxa de juros e também, incluindo contratos de derivativo a termo, contratos futuros de renda e de índices. Não há, no entanto, operações de instrumentos financeiros derivativos nos períodos cobertos por essas demonstrações financeiras consolidadas.

2.8. Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquirem separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada período e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquirem separadamente são registrados ao custo, deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas e não são amortizados.

(b) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensuradas como a diferença entre receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.9. Imobilizado

Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. Os imóveis de uso próprio (terreno e edifício) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004 com base em laudos de peritos independentes. De acordo com o IFRS, não foram efetuadas novas reavaliações.

O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Resseguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.a) - %	Anos
Edificações	4	25
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos de informática	20	5
Veículos	20	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

2.10. Propriedades imobiliárias de investimento

A Resseguradora detém certos imóveis comerciais, que são alugados a terceiros, em contratos que são classificados como contratos de *leasing* operacional segundo o International Accounting Standard (IAS) 17. A Resseguradora utiliza o modelo de custo depreciado (método do custo segundo o IAS 40) para avaliação destes ativos.

Os ativos imobiliários de investimento são depreciados pelo método linear, renovando por 3 anos e os aluguéis são reajustados pelo IGP-M/FGV.

2.11. Impairment de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo IFRS como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

2.12. Provisões

(a) Provisões técnicas

• A provisão para prêmios não ganhos para os riscos vigentes e emitidos é constituída pela parcela dos prêmios emitidos no período, de riscos não decorridos dos contratos e, em cada período, o estimar a ocorrência futura de sinistros que serão pagos pelo IRB Brasil RE e é apurada operacionalmente conforme a exposição esperada para cada contrato. Em complemento a essa provisão, é constituída a provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), calculada com base em uma estimativa atuarial para os riscos vigentes cujos contratos ainda não foram emitidos, sendo apurado a partir de metodologia atuária, descrita em nota técnica atuarial.

• A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída pela estimativa do valor a indenizar indicada nos avisos de sinistros recebidos dos resseguradores e das sociedades seguradoras e é ajustada, periodicamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas operacionais. O saldo da PSL contém o volume referente à provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, descrita abaixo.

• A provisão para sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes, com base na análise efetuada pelas áreas operacionais. O saldo da PSL contém o volume referente à provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, descrita abaixo.

• A provisão para sinistros ocorridos mas não avisados, relativos às operações no país e no exterior, é constituída com base em premissas atuariais definidas em nota técnica e/ou relatórios de atuários independentes.

• A provisão para excedentes técnicos é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit líquido na operacionalização de contratos.

• Provisão de despesas relacionadas (PDR), referente às despesas próprias com a regulação dos sinistros e a provisão complementar de cobertura (PCC), que deverá ser constituída quando for verificada insuficiência do montante total de passivos da Companhia, no teste de adequação de passivos.

(b) Teste de adequação de passivos (Liability adequacy test - LAT)

O teste de adequação de passivos é um teste econômico sobre o valor contabilizado para o passivo da Companhia e tem por objetivo capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro, em linha com os requisitos do CPC 11 e IFRS4.

Para aferição do teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão com a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base de cálculo, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Se após a aquisição, esta deve ser reconhecida na Diretoria Complementar de Cobertura (PCC).

Os fluxos de caixa foram agregados por grupos de ramos de acordo com suas similaridades, adicionando a discriminação dos contratos em moeda nacional e estrangeira, observadas as divisões entre prêmios registrados e futuros e sinistros passados e futuros.

Para apurar o valor presente dos fluxos de caixa estimados, utilizou-se o desconto financeiro obtido através do modelo de Svensson para as curvas de cupom de IPCA, pré-fixada e cupom cambial. O modelo de Svensson é utilizado frequentemente no mercado econômico para estimação de curvas de juros. Este modelo representa uma extrapolação do modelo de Nelson e Siegel com a adição de um novo componente exponencial à curva de taxa a termo, considerando dois parâmetros adicionais.

Não foi utilizada a prerrogativa de dedução da diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil dos títulos classificados como mantidos até o vencimento, vinculados em garantia das provisões técnicas.

O teste realizado para a data base de 30 de junho de 2015 não apresentou insuficiências. O IRB Brasil RE acompanha periodicamente a sua sinistralidade, índice combinado e teste de adequação visando manter o equilíbrio técnico-atuarial de seus contratos.

(c) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes

As provisões judiciais de natureza civil, trabalhista, previdenciária e fiscal, objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno da Companhia, dos consultores legais independentes e da administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas dos balanços. As provisões judiciais de natureza civil operacional, objeto de contestação judicial, são calculadas e contabilizadas, também, com base em percentuais específicos, os quais são calculados a partir da análise do histórico de encerramento dos correspondentes processos judiciais, que considera a relação dos valores e desembolsados com os processos encerrados, por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas de exposição ao risco. Tais percentuais de probabilidade de perda foram aplicados às contingências cíveis operacionais existentes nas datas de encerramento das demonstrações contábeis consolidadas.

As provisões judiciais de natureza trabalhista, previdenciária e fiscal estão contabilizadas no grupo "Outros Passivos Contingentes", no passivo não circulante. As contingências de natureza civil estão contabilizadas na rubrica "Sinistros a Liquidar", no passivo circulante. Os valores estimados de perda das contingências cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza e tribunal nos quais a causa está sendo avaliada.

Os valores estimados de perda das contingências fiscais e previdenciárias são corrigidos e atualizados pela taxa Selic. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica Depósitos Judiciais e Fiscais, no ativo não circulante e são corrigidos pela taxa selic. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Se for provavelmente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas do período em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente.

2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do período. O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas legislações previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada, atualizando 25% para imposto de renda e 15% para contribuição social. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.14. Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

No caso dos planos de aposentadoria de benefício definido, o custo da concessão dos benefícios é determinado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente ao final de cada período. O custo de serviços passados é reconhecido imediatamente, na medida em que os benefícios já foram concedidos, ou então, amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de aposentadoria quando reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais não reconhecidos e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano.

(b) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia disponibiliza um plano de saúde contributório para empregados admitidos na Empresa até 1º de outubro de 2013, com cobertura ambulatorial e hospitalar, além de cobertura odontológica. O Plano prevê a manutenção vitalícia, ou temporária, na forma do que estabelece a legislação aplicável. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia decorrente que a usada para os planos de pensão e de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais, são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, conforme estabelecido pelo CPC 33/IAS 19. Essas obrigações são avaliadas, por atuários independentes qualificados.

2.15. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementalmente diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando alguma empresa detentora de ações da Companhia compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.16. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada no Passivo na rubrica "Obrigações a pagar" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos decorrente ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela administração após o período contábil a que se referir em demonstrações contábeis consolidadas, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis consolidadas, é registrada na rubrica "Proposta de distribuição de dividendos adicionais", no Patrimônio Líquido.

2.17. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade. A receita é apresentada líquida de cancelamentos. A Resseguradora reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. O IRB Brasil RE baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

(a) Prêmios de resseguro

Os prêmios de resseguro são contabilizados como prêmios emitidos a partir da sua aceitação. Os prêmios de resseguros relativos a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguros ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

No caso de contratos de resseguro facultativos, considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo da vigência do risco.

No caso de contratos de resseguro automáticos o prêmio emitido será considerado da seguinte forma:

• Contratos não proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor pactuado entre as partes para garantir a cobertura de resseguro, na parcela aceita pelo ressegurador, pelo prazo de vigência do contrato de resseguro.

• Contratos proporcionais - considera-se prêmio emitido o valor de prêmio estimado pela cedente para todas as apólices que serão cobertas pelo contrato de resseguro durante sua vigência. Esta estimativa é proporcional ao percentual de participação do ressegurador e ponderada por um percentual de performance estabelecido pela experiência do ressegurador. Estes prêmios são ajustados a cada prestação de contas encaminhada pela cedente normalmente com periodicidade trimestral.

(b) Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Resseguradora e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta o recebimento de caixa futuros estimados durante a vida útil do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.18. Despesa com sinistros e comissões

As despesas com sinistros são contabilizadas, pelo regime de competência e não determinadas com base em conceitos e premissas definidas em nota técnica atuarial, conforme descrito na Nota 2.12(a).

As comissões são diferenciadas e amortizadas, exceto para as operações de riscos de vigência cujas comissões são contabilizadas diretamente, no período com base no prazo de decorridos dos contratos de resseguro. As comissões são relativas a riscos vigentes, mas cujos contratos de resseguro ainda não foram emitidos, são calculados atuarialmente.

2.19. Demonstração dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes estão sendo apresentadas em quadro demonstrativo próprio e compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidas na demonstração do resultado como requerido pelo IFRS. A partir de 2013, os itens do resultado abrangente passaram a ser apresentados considerando a possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

2.20. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o período de 2015:

• IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócio da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que, nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descaçamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

• IFRS 15 – "Receitas de contratos com clientes", aborda o reconhecimento da receita, tendo foco na transferência do controle do produto ou serviço, contra o conceito de riscos e benefícios. O IFRS 15 foi emitido em 28 de maio de 2014 e substitui o IAS 18 e o IAS 11. Esta norma substituirá toda a licenciatória existente sobre reconhecimento de receitas (normas e interpretações). O nível de detalhamento sobre a aplicação dos conceitos, especialmente em transações mais complexas, é bem maior que a orientação atualmente existente. As principais mudanças são: (a) postergação do reconhecimento, em muitos casos e postergado; (b) O risco de crédito não é deduzido da receita bruta no ato da venda, quando aplicável; (c) O conceito de ajuste a valor presente para vendas a prazo (mais longos) continua aplicável; (d) Há exigências de divulgações específicas sobre contratos com clientes, julgamentos significativos na aplicação das orientações de reconhecimento de receitas, entre outras; (e) É preciso adequar os processos das empresas para que seja possível capturar as novas informações exigidas pela norma. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 15. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2017. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor desde a publicação.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Políticas contábeis são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados. Algumas dessas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, essas julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Resseguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de liquidação ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de resseguros, descrito no item (a) abaixo, as estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, descrito no item (b) abaixo, os itens contábeis utilizados para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros descritos no item (c) abaixo, as estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, descrito no item (d) abaixo e as estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria, descritas no item (e) abaixo.

Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revistas, bem como nos períodos futuros afetados.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros da Resseguradora representam a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com o IFRS. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A análise de sensibilidade referente a essa estimativa crítica está demonstrada na nota 4.2.3 e as estimativas utilizadas estão indicadas abaixo:

• No que diz respeito ao Teste de Adequação de Passivos, as premissas consideradas críticas neste estudo são a estrutura a termo da taxa de juros utilizada para descontar as estimativas correntes dos fluxos de caixa a valor presente e as estimativas de sinistralidade utilizadas para os fluxos de sinistros a ocorrer.

A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e atuários da Resseguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento ressegurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Resseguradora é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Na determinação e no registro de estimativas contábeis, a Resseguradora tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, evolução dos processos e status de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Resseguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros

A Resseguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Resseguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber.

A Resseguradora segue as orientações do IAS 39 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impairned*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Resseguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo da contraparte, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

(d) Estimativa de valor justo de instrumentos financeiros

Conforme descrito na Nota 4.7, os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, o valor justo é estabelecido através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia. A Nota 6 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

(e) Estimativas e julgamentos na determinação dos benefícios de aposentadoria

O custo de aposentadoria com benefícios definidos pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, atualis salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas no final de cada período. Ao determinar a taxa de desconto adequada, a administração considera as taxas de juros livres de risco. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e

de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. As análises de sensibilidade referente a esta estimativa crítica estão divulgadas na Nota 25, bem como maiores detalhes sobre as premissas utilizadas.

4. Resseguramento de riscos

A gestão de riscos do IRB Brasil RE é considerada instrumento essencial para a implementação de uma estratégia de otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação risco/retorno para seus acionistas. Com o objetivo de reforçar a relevância conferida ao tema dentro do contexto organizacional, no primeiro trimestre de 2014 foi estabelecida a Vice-Presidência de Riscos e Compliance (já qual estão subordinadas a Gerência de Riscos Corporativos e a Presidência de Compliance), conforme responsável pelo superviõ do gerenciamento de riscos do IRB Brasil RE. Contudo, mantêm-se o comprometimento da Diretoria Colegiada, do Conselho de Administração, do Comitê de Gestão de Riscos e de outros órgãos consultivos ou deliberativos no suporte e fomento da gestão de riscos no âmbito da Companhia.

Após 3ª revisão, ocorrida em dezembro de 2014, foi confirmada a classificação A- (excelente), com viés estável, pela agência de rating A.M. Best, sediada nos Estados Unidos, a qual reflete, na opinião dessa agência, a capitalização fortemente adequada aos riscos da Companhia.

4.1. Principais tipos de risco

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Operacional, Subscrição, Mercado, Crédito e Liquidez, que por sua vez são compostas por diversas subcategorias. A Companhia entende que estas categorias representam as suas principais exposições, mas que não são exaustivas, já que diversos riscos podem afetá-la.

4.2. Riscos de operacionais

Em termos de riscos operacionais, foi desenvolvido e implantado um programa de gerenciamento de continuidade de negócios, compreendendo planos que endereçam desde o momento da ruptura da operação até a volta à normalidade, mantendo níveis de serviço previamente acordados. Ainda, no que tange a processos, procedeu-se a um segundo ciclo do programa de gestão de riscos operacionais, que passa por identificar, avaliar, tratar e reportar as potenciais ameaças às atividades.

4.3. Riscos de subscrição

O risco de Subscrição advém de oscilações que podem surgir tanto de fatores internos como externos à Companhia, que contrariem as expectativas da Resseguradora em relação às premissas atuariais e financeiras adotadas na precificação dos contratos de resseguro e na constituição das provisões técnicas. Como forma de reduzir a exposição ao risco, o IRB Brasil RE trabalha com um portfólio diversificado de carteiras de resseguros. Além disso, a evolução dos riscos é monitorada, assim como é realizada a revisão constante das premissas atuariais e das políticas de subscrição e de aceitação de riscos e acompanhamento das provisões técnicas.

Uma das técnicas disponíveis para a mitigação e controle do risco de subscrição é a transferência de riscos por meio de retrocessão. Esta mesma forma que o resseguro, a retrocessão pode cobrir um grupo de negócios ou somente riscos específicos (também chamados facultativos). O IRB Brasil RE atualmente possui programas de retrocessão que cobrem os grupos de ramos onde há maior exposição, buscando estabilizar os resultados e limitar as perdas, bem como ampliar sua capacidade para a aceitação de negócios estratégicos. Além disso, para casos específicos podem ser utilizadas retrocessões facultativas, que são individualmente analisadas. Devido à própria natureza da transferência de risco, as operações de retrocessão implicam em um risco de crédito subjacente, que é tratado conforme descrito na nota e.3.

4.3.1. Monitoramento dos passivos de resseguro por linhas de negócio

A Companhia calcula suas provisões técnicas seguindo as normas do CENSIP e da Susep. O quadro abaixo demonstra os passivos (Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL, Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados – IBNR, Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados – IBNER, Provisão de Excedentes Técnicos – PET, Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG, e Provisão de Despesas Relacionadas – PDR) brutos e seus respectivos ativos de retrocessão por linha de negócio.

	Resseguro		Retrocessão	
	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Grupo de Ramos				
Patrimonial	3.223.1			



• Líquido de retrocessão

Ano de subscrição	30 de junho de 2015						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Sinistros Pagos							
no Ano.....	458.107	257.280	146.828	212.493	713.804	194.043	79.096
Um ano depois.....	835.580	648.986	283.846	588.287	802.663	521.511	
Dois anos depois....	1.051.953	550.314	346.747	916.994	1.051.609		
Três anos depois....	1.052.361	471.303	589.538	989.472			
Quatro anos depois	1.011.430	579.850	584.350				
Cinco anos depois....	1.056.507	585.757					
Seis anos depois....	1.060.634						
Estimativa corrente dos sinistros acumulados.....	1.060.634	585.757	584.350	989.472	1.051.609	521.511	79.096
Pagamentos acumulados até a data base.....	970.965	499.433	423.432	746.978	629.600	160.529	5.134 (3.436.071)
Passivo reconhecido no balanço.....	89.669	86.324	160.918	242.494	422.009	360.981	73.962
Passivo em relação a anos anteriores a 2008.....							1.188.117
IBNER.....							219.933
Total do passivo incluído no balanço.....							2.844.407

Ano de subscrição	31 de dezembro de 2014						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Sinistros Pagos							
no Ano.....	500.531	458.107	257.280	146.828	212.493	713.804	194.043
Um ano depois.....	1.209.256	1.051.953	550.314	346.747	916.994		
Dois anos depois....	1.237.117	1.052.361	471.303	589.538			
Três anos depois....	1.380.918	1.011.430	579.850				
Quatro anos depois	1.378.820	1.056.507					
Cinco anos depois....	1.508.595						
Estimativa corrente dos sinistros acumulados.....	1.508.595	1.056.507	579.850	589.538	916.994	802.663	194.043
Pagamentos acumulados até a data base.....	1.281.909	964.458	480.594	373.834	603.592	454.902	49.939 (4.209.228)
Passivo reconhecido no balanço.....	226.686	92.049	99.256	215.704	313.402	347.761	144.103
Passivo em relação a anos anteriores a 2008.....							980.953
IBNER.....							219.933
Total do passivo incluído no balanço.....							2.637.968

Ano de subscrição	30 de junho de 2015						
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Sinistros Pagos							
no Ano.....	458.107	257.280	146.828	212.493	713.804	194.043	79.096
Um ano depois.....	835.580	648.986	283.846	588.287	802.663	521.511	
Dois anos depois....	1.051.953	550.314	346.747	916.994	1.051.609		
Três anos depois....	1.052.361	471.303	589.538	989.472			
Quatro anos depois	1.011.430	579.850	584.350				
Cinco anos depois....	1.056.507	585.757					
Seis anos depois....	1.060.634						
Estimativa corrente dos sinistros acumulados.....	1.060.634	585.757	584.350	989.472	1.051.609	521.511	79.096
Pagamentos acumulados até a data base.....	970.965	499.433	423.432	746.978	629.600	160.529	5.134 (3.436.071)
Passivo reconhecido no balanço.....	89.669	86.324	160.918	242.494	422.009	360.981	73.962
Passivo em relação a anos anteriores a 2008.....							1.189.997
IBNER.....							219.933
Total do passivo incluído no balanço.....							2.846.927

Ano de subscrição	31 de dezembro de 2014						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Sinistros Pagos							
no Ano.....	500.531	458.107	257.280	146.828	212.493	713.804	194.043
Um ano depois.....	1.088.423	835.580	648.986	283.846	588.287	802.663	
Dois anos depois....	1.209.256	1.051.953	550.314	346.747	916.994		
Três anos depois....	1.237.117	1.052.361	471.303	589.538			
Quatro anos depois	1.380.918	1.011.430	579.850				
Cinco anos depois....	1.508.595						
Estimativa corrente dos sinistros acumulados.....	1.508.595	1.056.507	579.850	589.538	916.994	802.663	194.043
Pagamentos acumulados até a data base.....	1.281.909	964.458	480.594	373.834	603.592	454.902	49.939 (4.209.228)
Passivo reconhecido no balanço.....	226.686	92.049	99.256	215.704	313.402	347.761	144.103
Passivo em relação a anos anteriores a 2008.....							982.915
IBNER.....							218.054
Total do passivo incluído no balanço.....							2.639.930

4.3.3. Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta possíveis impactos no resultado e patrimônio líquido, considerando um aumento de 10% nos sinistros avisados.

Impactos	30 de junho de 2015		R\$ mil
	Efeitos brutos	Efeitos líquidos	
Resultado e patrimônio líquido.....	(79.108)	(56.695)	
Patrimônio líquido (%).....	(23,11)	(16,56)	
Patrimônio líquido (%).....	(2,69)	(1,93)	

Devido à natureza das operações aceitas pelo IRB Brasil RE, não há exposição material a índice de convertibilidade, mortalidade ou sobrevivência. Outros estudos internos indicaram que parte dos passivos não-operacionais, ligados a benefícios pós-emprego, estão indexados à inflação, e cobertes por aplicações em títulos de mesma indexação (NTN-B), não havendo exposição significativa a esse índice.

4.4. Risco de mercado

Podem ser definido como o risco oriundo das alterações nos preços e taxas no mercado financeiro, e que pode refletir na redução do valor de um título ou carteira de ativos. As principais variáveis atreladas ao risco de mercado são: as taxas de juros, as taxas de câmbio e a liquidez dos ativos. A gestão do risco proveniente dessas variáveis envolve diferentes unidades organizacionais e contempla uma série de diretrizes e estratégias consideradas adequadas pela administração, objetivando a gestão dos riscos oriundos daquelas variáveis. Para esse fim são utilizadas as seguintes técnicas: definição de limites máximos de VaR (Value at Risk) e construção de cenários de estresse; monitoramento de mercado; e gestão preventiva de perdas.

A partir de 1º de janeiro de 2015, a Companhia passou a monitorar o Risco de Mercado da carteira usando a ferramenta RiskMetrics da MSCI.

4.4.1. Análise de Value at Risk

A mensuração do risco de mercado, feita através do VaR, estima a perda potencial no lucro antes dos impostos para um determinado horizonte de tempo dada uma probabilidade específica de ocorrência, considerando as volatilidades do mercado e a diversificação dos riscos através do reconhecimento de posições correlatórias e correlações entre os produtos e o mercado.

Segundo o método histórico, com nível de significância de 5% (janela de observação móvel de 252 dias úteis e EVMA de 0,94) o VaR diário da carteira de ativos da Resseguradora, registrado em 30 de junho de 2015, foi de R\$ 20,074, o que representa uma perda de 0,35% do total da carteira de ativos.

4.4.2. Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta principalmente ao dólar americano, havendo, contudo, exposição em menor grau a outras moedas estrangeiras, principalmente a libra esterlina, o euro e o peso argentino. A Administração da Companhia aplicou aos ativos Stress Tests usando o método Predictive, ou seja, contemplando as correlações existentes entre as diferentes moedas e outros fatores de risco, considerando variações absolutas nas taxas a taxa de câmbio R\$/US\$ é aumentada em 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) em relação à taxa do cenário provável elencado pela Companhia, utilizando como base o relatório de mercado FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 26 de junho de 2015 (taxa de câmbio R\$/US\$ de 3,20 para 31 de dezembro de 2015). A tabela a seguir detalha a sensibilidade da carteira de ativos à variação da taxa de câmbio:

Grupo	30 de junho de 2015			
	Base	Provável	Cenário I	Cenário II
Impacto (%).....	-	(0,85)%	1,27%	3,33%
Impacto (R\$ mil).....	-	(48.938)	72.805	191.275
Carteira total (R\$ mil).....	5.749.542	5.700.604	5.822.347	5.940.817

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que possui, principalmente, títulos e valores mobiliários vinculados a variação da taxa de juros. A Administração da Companhia aplicou aos ativos Stress Tests usando o método Predictive, ou seja, contemplando as correlações existentes entre os diversos fatores de risco, considerando variações absolutas nas taxas sobre a curva DI Futuro são aumentadas em 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) em relação às taxas do cenário provável elencado pela Companhia, utilizando como base o relatório de mercado FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 26 de junho de 2015 (taxa de 14,50% para 31 de dezembro de 2015). A tabela a seguir detalha a sensibilidade da carteira de ativos à variação da taxa de juros:

Grupo	30 de junho de 2015			
	Base	Provável	Cenário I	Cenário II
Impacto (%).....	-	-0,56%	-3,56%	-3,14%
Impacto (R\$ mil).....	-	(31.911)	(204.453)	(180.436)
Carteira total (R\$ mil).....	5.749.542	5.717.631	5.545.089	5.569.106

Análise consolidada por Stress Tests Econômicos

A Administração da Companhia aplicou aos ativos uma seleção dos principais Stress Test Econômicos mundiais* usando o método Predictive, ou seja, contemplando as correlações existentes entre os diversos fatores de risco. Após análise, concluiu-se que o cenário econômico mais adverso para a carteira de investimentos é o WaMu collapse, correspondente à falência no dia 25 de setembro de 2008 da maior associação de empréstimo e poupança dos Estados Unidos, a Washington Mutual, Inc., gerando uma perda de 2,67% na carteira.

* Os Stress Test Econômicos mundiais analisados são: Asian Crisis (1997), Black Monday (1987), Fall 2008 (2008), Gulf War (1990), Mexican Crisis (1995), Rate Rise 94 (1994), Russian Devaluation (1998), Sept 11th (2011), Tech Wreck (2000), WaMu collapse (2008).

Contratos Futuros de Moedas

Como parte da política de investimentos da Companhia, existe a previsão de contratação de proteção cambial para as ocorrências de contrato de ativo em moeda estrangeira. Na data base 30 de junho de 2015, a Companhia não possuía exposição a contrato de moeda ou outro instrumento de proteção cambial.

Contratos Futuros de Taxa de Juros - Renda fixa

Os gestores dos fundos podem adotar como política de hedge a utilização de instrumentos financeiros derivativos, com a finalidade de proteger o valor patrimonial em relação a movimentos inesperados nas taxas de juros. Em 30 de junho de 2015, o fundo de investimento em ações Itáur HARBOR possuía derivativos, representando um valor insignificante na carteira.

que tenham, pelo menos, metade dos ratings em registro, comprovadamente, igual ou superior a A- (S&P Fitch e AM Best) ou A3 (Moody's), e avalie seus retrocessionários através de uma classificação própria. A exposição da Resseguradora é mitigada pela adoção de limites de retrocessão para as contrapartes, que são revisados e aprovados, com uma periodicidade mínima anual, pelo Comitê de Security. A qualidade dos atuais parceiros de retrocessão dos contratos de proteção do IRB Brasil RE pode ser verificada no quadro abaixo:

(%) de resseguros de participantes dos contratos e proteção em vigor em 30 de junho de 2015

	Local	Admitido	Eventual	Total
AA ou equivalente.....	0,00	29,41	11,76	41,18
A ou equivalente.....	5,00	0,00	52,94	52,94
BBB+ ou equivalente.....	5,88	0,00	0,00	5,88
Total.....	5,88	29,41	64,71	100,00

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos com alto rating de crédito avaliado por agências internacionais. As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de crédito: estabelecimento de limites de retrocessão por entidade; monitoramento de exposição de risco de crédito; acompanhamento das mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros e do mercado financeiro; e gestão preventiva de perdas.

Exposição ao risco de crédito

A Companhia está exposta à concentração de risco com resseguros, devido à natureza do mercado de resseguro. Abaixo seguem as classificações de risco por idade dos saldos.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	30 de junho de 2015							Saldo contábil 31 de dezembro 2014
	Ativos não vencidos e não "impaired"	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Valor Contábil 2014	
Caixa e equivalente de caixa.....	7.758	-	-	-	-	-	7.758	9.511
Privados.....	54.720	-	-	-	-	-	54.720	179.406
Públicos.....	313.068	-	-	-	-	-	313.068	515.833
Exterior.....	278.372	-	-	-	-	-	278.372	158.277
Disponíveis para venda Privados.....	39.754	-	-	-	-	-	39.754	-
Públicos.....	4.235.464	-	-	-	-	-	4.235.464	3.799.408
Exterior.....	369.498	-	-	-	-	-	369.498	195.811
Mantido até o vencimento Privados.....	209.248	-	-	-	-	-	209.248	-
Públicos.....	-	-	-	-	-	-	-	290.153
Exterior.....	245.607	-	-	-	-	-	245.607	407.517
Créditos com operações seguradora e resseguradora.....	1.868.690	83.467	20.429	92.693	38.556	501.846	2.605.681	2.130.281
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro.....	7.622.179	83.467	20.429	92.693	38.556	501.846	8.359.170	7.686.197

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	30 de junho de 2015							Saldo contábil 31 de dezembro 2014
	Ativos não vencidos e não "impaired"	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	Acima de 180 dias	Valor Contábil 2014	
Caixa e equivalente de caixa.....	11.643	-	-	-	-	-	11.643	13.288
Privados.....	53.605	-	-	-	-	-	53.605	178.944
Públicos.....	313.222	-	-	-	-	-	313.222	516.070
Exterior.....	278.372	-	-	-	-	-	278.372	158.277
Disponíveis para venda Privados.....	39.754	-	-	-	-	-	39.754	-
Públicos.....	4.235.464	-	-	-	-	-	4.235.464	3.799.408
Exterior.....	388.477	-	-	-	-	-	388.477	211.948
Mantido até o vencimento Privados.....	209.248	-	-	-	-	-	209.248	-
Públicos.....	-	-	-	-	-	-	-	290.153
Exterior.....	245.607	-	-	-	-	-	245.607	407.517
Créditos com operações seguradora e resseguradora.....	1.869.203	83.467	20.429	92.693	38.556	501.844	2.606.192	2.130.981
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro e resseguro.....	7.644.595	83.467	20.429	92.693	38.556	501.844	8.381.584	7.706.586

O risco de liquidez está associado ao risco de que a Companhia, embora solvante, não tenha recursos disponíveis para cumprir suas obrigações de forma tempestiva, ou de que possa cumprí-las somente por meio de venda de ativos em condições desfavoráveis, implicando em perdas financeiras. Para gerir este risco, busca-se alocar uma reserva mínima em fundos de elevada liquidez (Operações Compromissadas lastreada em títulos públicos federais) para fazer face às necessidades de caixa no curto prazo. Este risco é monitorado continuamente pelo acompanhamento dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros ao longo do tempo.

Passivos de resseguro (provisões técnicas)	30 de junho de 2015						
	zero a um						



Consolidado							
30 de junho de 2015							
Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	
Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	de juros	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro (I)	565	567	2.966.271	2.965.203	-	-	-0,002286%
Letras do Tesouro Nacional	62	62	495.729	490.218	-	-	12,344285%
Notas do Tesouro Nacional	-	-	792.691	780.043	-	-	13,64%
Operações Compromissadas	312.591	312.592	-	-	-	-	13,64%
Títulos de Renda Fixa - Privadas							
Debêntures	886	809	-	-	-	-	809
Letras Financeiras	-	-	-	-	209.248	209.248	106,4375%
Títulos de Renda Variável							
Fundos Imobiliários	-	-	40.044	39.754	-	-	39,754
Ações de Empresas Nacionais	50.865	52.797	-	-	-	-	52,797
Aplicações no Exterior							
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos	59.371	59.371	-	-	-	-	10,18%
American Deposits Receipt (ii)	-	-	18.639	3.650	-	-	3,650
Títulos da Dívida Soberana (iii)	-	-	353.183	329.785	-	-	5,6131%
Brazilian Corporate Bonds (iii)	-	-	1.881	1.533	-	-	1,533
Corporate Bonds - Nova Lorange (iv)	-	-	-	-	29.454	29.454	4,2886%
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	-	35.456	34.530	-	-	2,4987%
U.S. Treasury securities Obligations of U.S.	-	-	7.888	7.888	-	-	7,888
Obligations of U.S. Government corporations and agencies	-	-	3.313	3.313	-	-	3,313
Non-U.S. Government	-	-	226	226	-	-	226
Corporate securities	-	-	6.986	6.986	-	-	6,986
Short-term investments	-	-	566	566	-	-	566
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (vi)	-	-	-	-	216.153	216.153	0,1334%
Outras Aplicações (vii)	219.001	219.001	-	-	-	-	219,001
TOTAL	643.341	645.199	4.722.873	4.663.695	454.855	454.855	5.763.749
%	11%	81%	100%	100%	-	-	100%
Circulante	-	645.199	-	541.344	-	-	1.419.928
Não Circulante	-	-	-	4.122.351	-	-	4.343.821

Consolidado							
31 de dezembro de 2014							
Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Taxa média de juros	
Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor Contábil	de juros	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos							
Letras Financeiras do Tesouro (I)	484	484	3.317.271	3.316.061	-	-	10,86%
Letras do Tesouro Nacional	120.142	120.136	359.673	355.589	-	-	11,99%
Notas do Tesouro Nacional - Série B	3.583	3.583	140.840	127.758	290.153	290.153	12,39%
Operações Compromissadas	391.867	391.867	-	-	-	-	391,867
Títulos de Renda Variável							
Ações de Empresas Nacionais	178.944	178.944	-	-	-	-	-4,12%
Debêntures	695.020	695.014	3.817.784	3.799.408	290.153	290.153	-
Aplicações no Exterior							
Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivos	39.254	39.254	-	-	-	-	19,01%
American Deposits Receipt (ii)	-	-	15.958	2.521	-	-	-39,93%
Títulos da Dívida Soberana (iii)	-	-	169.792	162.953	-	-	25,38%
Brazilian Corporate Bonds (iii)	-	-	-	-	32.191	32.191	16,84%
Corporate Bonds - Nova Lorange (iv)	-	-	-	-	1.391	1.391	17,52%
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	-	31.072	30.337	-	-	15,78%
Depósito à Prazo Fixo no Exterior (v)	-	-	-	-	373.935	373.935	13,61%
U.S. Treasury Securities Obligations of U.S.	-	-	7.567	7.600	-	-	7,600
Obligations of U.S. Government corporations and agencies	-	-	2.223	2.237	-	-	2,237
Non-U.S. Government	-	-	192	195	-	-	195
Corporate securities	-	-	5.690	5.751	-	-	5,751
Short-term investments	-	-	354	354	-	-	354
Outras aplicações no exterior	119.023	119.023	-	-	-	-	119,023
TOTAL	158.277	158.277	4.050.632	4.011.356	697.670	697.670	5.562.317
%	15%	72%	100%	100%	-	-	100%
Circulante	-	853.291	-	1.152.982	-	-	2.414.646
Não Circulante	-	-	-	2.858.374	-	-	3.147.671

(i) Letras Financeiras do Tesouro

Referem-se a títulos públicos do Tesouro Nacional que fazem parte da carteira própria do IRB Brasil RE. Seus rendimentos são atualizados pela taxa Selic e os títulos estão custodiados no Banco do Brasil. Adicionalmente, estes títulos são ajustados aos seus valores de mercado, obtidos através de informações divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

(ii) Títulos da dívida mobiliária soberana e de empresas estatais brasileiras (ADRs)

Representam títulos de renda fixa emitidos no exterior, em dólares dos Estados Unidos, pela União.

(iii) Brazilian Corporate Bonds

Representam títulos de renda fixa emitidos por subsidiárias, sediadas no exterior, de empresas brasileiras. Estes títulos, denominados em dólares dos Estados Unidos, foram colocados no mercado internacional. Estão sob administração da BB Securities, em Londres. Em junho de 2011, a provisão foi contabilizada à razão de 100% dos títulos vencidos e não pagos, exceto para os títulos renegociados, em função da condição de adimplência dos titulares da dívida.

(iv) Corporate Bonds

Os Corporate Bonds são letras hipotecárias emitidas por empresas privadas dos Estados Unidos, com base em operações de financiamentos imobiliários. A Companhia constituiu provisão para desvalorização por considerar que as perdas em seu valor são permanentes.

(v) Depósitos a prazo fixo no exterior

Representam aplicações em time deposits de responsabilidade do Banco do Brasil S.A. e Bradesco, em Nova Iorque, cujos prazos de vencimento oscilam entre 12 a 120 dias. Tais aplicações possuem como moedas de origem a Libra Esterlina, o Dólar e o Euro.

6.1.1 Abertura das aplicações por tipo e prazo de vencimento

Controladora					
30 de junho de 2015					
Valor justo por meio do resultado	Sem vencimento	de 1 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 366 dias a cima de 365 dias	Total
Títulos de Renda Fixa - Privados					
Debêntures	809	-	-	-	809
Quotas de Fundos de Investimento					
Quotas de Fundos de Investimento Exclusivos	-	-	-	-	-
Operações Compromissadas	311.430	-	-	-	311.430
Outros	86	-	-	-	86
Quotas de Fundos de Investimento em Ações					
Ações de Empresas Nacionais	52.796	-	-	-	52.796
Letras Financeiras do Tesouro	-	312	-	255	567
Operações Compromissadas	-	1.070	-	-	1.070
Outros	1.030	-	-	-	1.030
Aplicações no Exterior					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	59.371	-	-	-	59.371
Outras aplicações no exterior	219.001	-	-	-	219.001
TOTAL	333.093	312.812	255	646.160	

Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	156.630	-	2.808.573	2.965.203
Letras do Tesouro Nacional	-	101.440	267.810	120.968	490.218
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	780.043	780.043
Títulos de Renda Variável					
Fundos Imobiliários	-	-	-	-	39.754
Aplicações no Exterior					
American Depository Receipts (ii)	3.650	-	-	-	3.650
Títulos da Dívida Soberana	-	-	-	329.785	329.785
Corporate Bonds - Nova Lorange	-	-	-	1.533	1.533
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	1.893	4.484	28.153	34.530
U.S. Treasury securities Obligations of U.S.	-	3.650	259.963	272.294	4.108.809
Obligations of U.S. Government corporations and agencies	-	-	-	-	140
Non-U.S. Government	-	-	-	-	226
Corporate securities	-	-	-	-	93
Short-term investments	-	-	-	-	354
Outras aplicações no exterior	-	-	-	-	354
TOTAL	3.650	259.963	272.294	4.108.809	4.644.716

Mantidos até o vencimento				
Títulos de Renda Fixa - Públicos				
Letras Financeiras	-	-	-	209.248
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	209.248
Aplicações no Exterior				
Corporate Bonds - Nova Lorange (iv)	-	17.233	-	12.221
Depósito a Prazo Fixo no Exterior	-	216.153	-	216.153
TOTAL	-	216.153	17.233	221.469

Controladora					
31 de dezembro de 2014					
Valor justo por meio do resultado	Sem vencimento	de 1 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 366 dias a cima de 365 dias	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Títulos de Renda Variável					
Fundos Imobiliários	-	-	-	-	-
Aplicações no Exterior					
American Depository Receipts	2.521	-	-	-	2.521
Títulos da Dívida Soberana	-	-	-	162.953	162.953
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	373	4.005	25.959	30.337
TOTAL	2.521	373	4.005	25.959	30.337

Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	780.945	315.210	2.219.906	3.316.061
Letras do Tesouro Nacional	-	120.136	45.665	309.924	490.218
Notas do Tesouro Nacional	-	3.583	-	127.758	127.758
Títulos de Renda Variável					
Fundos Imobiliários	-	-	-	-	39.754
Aplicações no Exterior					
American Depository Receipts	3.650	-	-	-	3.650
Títulos da Dívida Soberana	-	-	-	329.785	329.785
Corporate Bonds - Nova Lorange	-	-	-	1.533	1.533
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	1.893	4.484	28.153	34.530
U.S. Treasury securities Obligations of U.S.	-	3.650	259.963	272.294	4.108.809
Obligations of U.S. Government corporations and agencies	-	-	-	-	140
Non-U.S. Government	-	-	-	-	226
Corporate securities	-	-	-	-	93
Short-term investments	-	-	-	-	354
Outras aplicações no exterior	-	-	-	-	354
TOTAL	3.650	259.963	272.294	4.108.809	4.644.716

Mantidos até o vencimento					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	209.248
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	209.248
Aplicações no Exterior					
Corporate Bonds - Nova Lorange	-	17.233	-	-	12.221
Depósito a Prazo Fixo no Exterior	-	216.153	-	-	216.153
TOTAL	-	216.153	17.233	221.469	454.855

Controladora					
31 de dezembro de 2014					
Valor justo por meio do resultado	Sem vencimento	de 1 a 180 dias	de 181 a 365 dias	de 366 dias a cima de 365 dias	Total
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Títulos de Renda Variável					
Fundos Imobiliários	-	-	-	-	39.754
Aplicações no Exterior					
American Depository Receipts	2.521	-	-	-	2.521
Títulos da Dívida Soberana	-	-	-	162.953	162.953
Papéis de renda fixa (HSBC)	-	373	4.005	25.959	30.337
TOTAL	2.521	373	4.005	25.959	30.337

Disponível para venda					
Títulos de Renda Fixa - Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro	-	120.110	-	-	120.110
Letras do Tesouro Nacional	-	3.583	-	-	3.583
Operações Compromissadas	-	390.909	-	-	390.909
Outros	15	-	-	-	15
Quotas de Fundos de Investimento em Ações					
Ações de Empresas Nacionais	178.944	-	-	-	178.944
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	484	-	484
Operações Compromissadas	747	-	-	-	747
Outros	447	-	-	-	447
Aplicações no Exterior					
Quotas de Fundos de Investimentos Não Exclusivos	59.371	-	-	-	59.371
Outras aplicações no exterior	219.001	-	-	-	219.001
TOTAL	331.978	312.966	255	645.199	

Consolidado							
-------------	--	--	--	--	--	--	--



31 de dezembro de 2014					
Probabilidade	Valor de exposição		% Sinistro a liquidar	Retrossão	Líquido
	Quantidade	total			
Provável	869	407.248	44	179.189	94.727
Possível	729	442.120	34	150.521	79.466
Remota	265	546.433	10	54.643	28.886
	1.863	1.395.801		384.153	203.079

Tais sinistros judiciais estão contabilizados no passivo na rubrica Sinistros a Liquidar brutos de retrossão, assim como, os valores a recuperar referentes à retrossão estão classificados no grupamento "Ativos de Retrossão - Provisões Técnicas", na rubrica de Sinistros pendentes de pagamento.

18.3.1 Aging de sinistros judiciais

Aging	Controladora e Consolidado		
	Bruto de retrossão	retrossão	Líquido de retrossão
De 31 a 60 dias	2	-	2
De 61 a 90 dias	9	-	9
De 91 a 120 dias	-	-	-
De 121 a 180 dias	-	-	-
De 181 a 365 dias	3.084	(1.501)	1.583
Acima de 365 dias	384.524	(165.802)	218.722
	387.707	(167.303)	220.404

18.4 Outras provisões

A partir de provisões técnicas passou a ser constituída em 2009 para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de supervit técnico na operacionalização de contratos, e provisão de despesas relacionadas, constituída para a cobertura das despesas relacionadas a sinistros.

Grupo de Ramos	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Patrimonial	26.333	24.895
Riscos especiais	1.032	3.644
Responsabilidades	13.201	12.957
Casos	958	3.984
Automóveis	1.141	456
Transportes	920	1.808
Riscos financeiros	10.733	11.758
Crédito	43	483
Pessoas	7.735	20.654
Habitacional	285	3.492
Rural	1.780	305
Marítimo	753	228
Aeronáutico	1.824	11.529
Outros	1.165	915
	70.829	94.062

19. Garantia das provisões técnicas

De acordo com a Resolução CMN nº 3.543, de 28 de fevereiro de 2008, as provisões técnicas da Resseguradora possuíam a seguinte cobertura, em 30 de junho de 2015 e de 31 de dezembro de 2014:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Provisões Técnicas de Resseguros	8.456.725	7.828.335	8.458.883	7.830.746
(-) Ativos de retrossão redutores	3.332.118	3.254.319	3.332.118	3.254.319
(-) Direitos creditórios	483.138	361.889	483.138	361.889
Montante a ser garantido	4.641.469	4.212.127	4.643.627	4.214.538
Ativos dados em garantia:				
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	91.063	20.000	-	-
Fundo de investimento em renda fixa	-	-	91.063	20.000
Letras financeiras do tesouro	2.942.924	3.295.031	2.942.924	3.295.031
Letras financeiras	209.248	-	209.248	-
Notas do tesouro nacional	780.043	417.910	780.043	417.910
Letras do tesouro nacional	490.218	355.589	490.218	355.589
Títulos de dívida soberana	329.785	150.479	329.785	150.479
Time deposit	-	-	130.451	-
Total de ativos	4.843.281	4.369.460	4.843.281	4.369.460

(*) Para fins de identificação do grupo de provisões técnicas a serem cobertas por tais ativos, deve-se considerar o saldo passivo do saldo "Provisões Técnicas - Resseguros e Retrossões" líquido do saldo ativo do grupo "Ativos de Retrossão - Provisões Técnicas", referentes à parcela de retrossão de risco.

20. Partes relacionadas

As principais transações realizadas pela Resseguradora com partes relacionadas em condições normais de mercado estão apresentadas a seguir.

	Controladora e Consolidado			
	30 de junho de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Arreçar	Apagar	Arreçar	Apagar
Com participação acionária na Resseguradora				
Prêmios	486.983	2.660	295.936	2.779
Indenizações e despesas com sinistros	30.912	46.078	34.035	21.538
Comissões	-	45.637	-	19.893
Outros	298	6.948	870	6.695
	518.193	101.323	330.841	50.905

Referem-se a operações de resseguros e retrossões realizadas com empresas seguradoras que são acionistas desta Resseguradora, cujos montantes estão incluídos nos grupos "Créditos das operações com resseguros e retrossões" e "Débitos das operações com resseguros e retrossões" no balanço patrimonial e nas respectivas contas registradas nas demonstrações do resultado.

20.1 Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração total dos diretores e dos demais conselhos e comitê da Companhia, em 30 de junho de 2015, é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	Contas a pagar	Resultado
Remuneração a curto prazo a administradores	23	1.123
Benefícios pós-emprego	-	190
Em 30 de junho de 2015	23	1.313
Em 31 de dezembro de 2014	6.049	5.504
Em 30 de junho de 2014	1.187	2.581

21. Depósitos judiciais e fiscais, outras ações judiciais e obrigações fiscais

	Controladora e Consolidado		
	Depósitos judiciais e fiscais	Outras ações judiciais	Obrigações fiscais
Fiscais			
COFINS	6.339	6.339	-
PIS	3.254	3.254	-
Contribuição social	341.898	-	328.560
Imposto de renda	1.367	54.747	-
ISS	946	-	-
Previdenciárias			
INSS	41.890	41.890	-
FGTS	1.135	-	-
Trabalhistas e cíveis			
Ações trabalhistas	43.805	54.287	-
Ações cíveis	16.383	1.921	-
Honorários	-	3.752	-
Não circulante	457.017	166.190	328.560

	Controladora e Consolidado		
	Depósitos judiciais e fiscais	Outras ações judiciais	Obrigações fiscais
Fiscais			
COFINS	6.021	6.021	-
PIS	3.091	3.091	-
Contribuição social	303.005	-	286.867
Imposto de renda	1.299	53.597	-
ISS	914	-	-
Previdenciárias			
INSS	40.296	40.296	-
FGTS	1.127	-	-
Trabalhistas e cíveis			
Ações trabalhistas	42.025	47.914	-
Ações cíveis	20.576	1.900	-
Honorários	-	3.751	-
Não circulante	418.354	156.570	286.867

21.1 Ações judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciárias

A Companhia possui as seguintes ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores em risco e provisionados:

	Controladora e Consolidado		
	Quantidade	Valor em risco	Saldo Contábil
Fiscal			
Provável (*)	2	381.941	381.941
Possível	16	249.185	10.959
Remota	1	200	-
	19	631.326	392.900
Previdenciário			
Possível	11	62.985	41.890
Remota	2	18.912	-
	13	81.807	41.890
Trabalhista e Cível			
Provável	79	59.960	59.960
Possível	58	6.278	-
Remota	28	5.479	-
	165	71.407	59.960

	Controladora e Consolidado		
	Quantidade	Valor em risco	Saldo Contábil
Fiscal			
Provável	1	52.299	52.299
Possível	15	550.506	297.277
Remota	1	200	-
	17	603.005	349.576
Previdenciário			
Possível	10	61.309	40.296
Remota	2	18.516	-
	12	79.825	40.296
Trabalhista e Cível			
Provável	90	53.565	53.565
Possível	94	8.187	-
Remota	30	4.825	-
	214	66.577	53.565

(*) O montante de R\$ 328.560 (R\$ 286.867 em 2014) está registrado como contas a pagar - provisão para impostos e contribuições.

21.2. Movimentação das provisões para ações judiciais

	Controladora e Consolidado			
	2014	Adições	Atualizações monetárias	Baixas
Fiscais				
COFINS (Nota 21.3.2)	6.021	-	318	-
PIS (Nota 21.3.2)	3.091	-	162	-
Contribuição Social (Nota 21.3.5)	286.867	27.583	14.110	-
Imposto de Renda (Nota 21.3.2)	53.597	-	1.151	-
Previdenciárias				
INSS (Nota 21.3.1)	40.296	1.594	-	-
Trabalhistas e cíveis				
Ações trabalhistas (Nota 21.3.3)	47.914	6.373	-	-
Cíveis	1.900	21	-	-
Honorários	3.752	-	-	-
	443.438	35.571	15.741	-

	Controladora e Consolidado				
	2013	Adições	Atualizações monetárias	Baixas	2014
Fiscais					
COFINS (Nota 21.3.2)	13.081	5.574	447	(13.081)	6.021
PIS (Nota 21.3.2)	2.934	2.861	230	(2.934)	3.091
Contribuição Social (Nota 21.3.5)	213.404	52.396	21.067	-	286.867
Contribuição Social (Nota 21.3.5)	3.286	-	-	(3.286)	-
Imposto de Renda (Nota 21.3.2)	50.355	1.202	2.040	-	53.597
IPTU	2.949	-	-	(2.949)	-
Previdenciárias					
INSS (Nota 21.3.1)	37.436	-	2.860	-	40.296
Trabalhistas e cíveis					
Ações trabalhistas (Nota 21.3.3)	44.096	3.818	-	-	47.914
Cíveis	-	1.900	-	-	1.900
Honorários	2.725	1.033	-	(7)	3.751
	370.266	68.784	26.644	(22.257)	443.437

21.3. Ações fiscais

21.3.1. INSS e ISS

Em virtude de fiscalizações efetuadas pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e pela Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro (ISS - Imposto Sobre Serviço), foram lavrados Autos de Infração e movidas Execuções Fiscais nos anos de 1999 e 1989, respectivamente, baseados em supostas divergências de enquadramentos tributários e previdenciários adotados pela Companhia.

A Companhia improvetou recursos administrativos com vistas ao cancelamento das referidas notificações, mantendo provisionados os montantes de R\$ 41.890 (em junho de 2015) relativos aos Autos Lavrados pelo INSS referente ao adicional de 2,5% devidos pelas empresas equiparadas às instituições financeiras. Com relação à discussão judicial referente ao adicional de 2,5% do INSS, a Companhia, em 30 de abril de 2010, foi instada a efetuar depósito judicial dos valores em discussão à época (R\$ 23.291), tendo posteriormente, em 28 de maio de 2010, complementado tal depósito para inclusão de encargos legais (R\$ 4.666). Os valores questionados referentes ao INSS encontram-se depositados judicialmente no referido montante atualizado de R\$ 41.890 e provisionados no mesmo montante de acordo com a expectativa de desembolso/perda da administração.

Já com relação à execução fiscal de ISS, e diante das importantes conclusões constantes no laudo pericial acerca da matéria, emitido em novembro de 2012, que se apresentaram extremamente favoráveis aos interesses da Companhia, os advogados que patrocinam a causa classificam como possível a probabilidade de perda da demanda. Os consultores jurídicos da Companhia classificam como possível a probabilidade de perda de ambas as demandas judiciais (INSS e ISS).

21.3.2. Compensação de Créditos de Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL) e Fundo de Investimento Social - Finsocial

Em outubro de 2001, a Companhia protocolou Pedidos de Restituição/Compensação dos valores pagos a título de ILL, no período de 31 de dezembro de 1988 a 31 de dezembro de 1992, e de FINSOCIAL, no período de outubro de 1989 a dezembro de 1991, cuja declaração de inconstitucionalidade já havia sido reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Nos exercícios de 2001 e 2002, a Companhia efetuou a compensação desses créditos tributários com débitos vinculados de tributos federais. Em novembro de 2001, a Receita Federal indeferiu os pedidos de restituição, alegando extinção do direito do crédito tributário. Posteriormente, a Companhia recorreu da decisão junto ao Conselho de Contribuintes, obtendo, em ambos os casos, decisões favoráveis em julgamentos de recursos pelo citado Conselho.

Com relação especificamente ao processo administrativo de ILL, a Companhia obteve êxito na discussão de mérito envolvida, estando pendente apenas a discussão em relação à forma de atualização dos valores dos créditos tributários propriamente ditos, obtendo ganho parcial do direito creditório para os valores de ILL (o valor histórico da compensação aceita pela Receita Federal do Brasil totaliza R\$ 20.291 em março de 2002), sendo homologada parte das compensações efetuadas.

Nesse sentido, diante da decisão definitiva na esfera administrativa em fevereiro de 2014, reconhecendo parte dos referidos créditos fiscais, a Companhia procedeu a reversão da provisão contábil constituída com o referido Processo Administrativo, que se encontrava no valor aproximado de R\$ 19.000, para R\$ 9.000, com efeito positivo no resultado do IRB Brasil RE. Em seguida, a Companhia ajuizou, em março de 2014, ação para pleitear judicialmente a parcela do valor dos créditos que não foram reconhecidos pela Receita Federal do Brasil. Desta forma, a companhia optou por realizar em 28 de março de 2014, depósitos judiciais das quantias cobradas por meio dos autos devidos, com suspensão da exigibilidade das mesmas, nos valores de R\$ 8.434 para COFINS e R\$ 1.202 para PIS. Os referidos depósitos, atualizados até junho de 2015, somam R\$ 6.339 e R\$ 3.253, respectivamente estando este montante totalmente provisionado.

Já com relação ao processo administrativo de FINSOCIAL, a Companhia recebeu, em fevereiro de 2007, notificação para pagamento do valor de R\$33.836 tendo impetrado medida de Segurança, obtendo a suspensão da exigibilidade dos referidos créditos fiscais até que se tenha decisão definitiva na esfera administrativa. Atualmente a Companhia aguarda julgamento final por parte da Câmara Superior de Recursos Fiscais. O valor provisionado atualmente de Imposto de Renda é de R\$ 54.748.

Os consultores jurídicos externos da Companhia classificam como provável a expectativa de perda da demanda referente ao FINSOCIAL, e como possível a expectativa de perda da ação judicial relacionada ao ILL.

21.3.3. Ações trabalhistas

A Companhia encontra-se envolvida em algumas demandas de natureza trabalhistas por empregados ativos, aposentados e desligados, as quais objetam, dentre outros pedidos da mesma relevância, a uniformização dos planos de cargos e salários, com o consequente pagamento das diferenças salariais. A administração da Companhia, após análise individualizada desses processos, constituiu provisão para perda provável, sendo considerados para efeitos de provisão trabalhista aqueles que estejam em fase de liquidação e execução de sentença.

Os consultores jurídicos externos da Companhia estimam o valor atualizado dos processos em R\$ 54.287 e classificam as chances de perda desses processos como provável. As causas trabalhistas classificadas como possíveis totalizam R\$ 6.278.

21.3.4. PIS/PASEP e COFINS

Trata-se de ação em que a Companhia pretende o reconhecimento da inconstitucionalidade do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, relativo à questão do alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS, envolvendo um valor de crédito fiscal a ser compensado pelo IRB Brasil RE, da ordem de R\$ 272.213, valor original, relativo ao período de maio de 2001 a maio de 2006 (data de ajuizamento da ação). A presente ação foi distribuída em 1º de junho de 2006 originalmente para a 6ª Vara Federal/RJ.

A presente ação transitou em julgado em 29 de outubro de 2013, tendo a Companhia protocolada, em 19 de dezembro de 2013, o Pedido de Habilitação dos referidos créditos fiscais perante a Receita Federal do Brasil. Algumas exigências foram apresentadas pelas autoridades fiscais e devidamente atendidas pela Companhia, com o encaminhamento de todas as informações e documentos solicitados. Com o reconhecimento da inconstitucionalidade do parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, o PIS e o COFINS devem incidir apenas sobre as receitas operacionais. Considerando que a Companhia vinha calculando e recolhendo, mensalmente, aos cofres públicos, até maio de 2009, tais contribuições com base em sua receita bruta, incluindo, consequentemente, as receitas não operacionais, tais como receitas financeiras e de aluguel, a Companhia, com o trânsito em julgado formal da referida ação judicial, tem direito a um crédito fiscal na ordem de R\$ 509.234, correspondente aos valores de PIS e COFINS pagos a maior no período integral de maio de 2001 a maio de 2009, quando ocorreu a revogação do §1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, por meio do inciso XII, do art. 79, da Lei nº 11.911, de 28 de maio de 2009.

Em 19 de dezembro de 2013, a habilitação foi pleiteada pela Companhia junto à Receita Federal, tendo sido o referido pedido de habilitação de crédito integralmente deferido pelas autoridades fiscais em fevereiro de 2014 (Comunicado RFB nº 068/2014), uma vez se tratar de crédito fiscal reconhecido por decisão judicial transitada em julgado. Na competência de dezembro de 2013, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 223.007 relativo à parcela do PIS e COFINS calculada considerando as receitas sobre as quais não existem discussões ou incertezas quanto à sua natureza não operacional. Após análises e entendimentos diversos entre as áreas competentes da Companhia (Contabilidade e Jurídico) e alguns escritórios de advocacia externos acerca dos aspectos contábeis e jurídicos referentes à contabilização do saldo remanescente dos referidos créditos fiscais (definição das receitas operacionais e não operacionais), a Companhia procedeu, em novembro de 2014, ao registro do referido saldo no montante de R\$ 312.866, uma vez que todas as partes envolvidas entendem não caber mais qualquer questionamento sobre os referidos créditos fiscais.

21



Descrição	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Despesas financeiras				
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(120.053)	(82.458)	(120.053)	(82.458)
Operações de resseguros	(300.349)	(16.537)	(300.349)	(16.537)
Oscilação cambial contas bancárias	(15.465)	(38.803)	(15.465)	(38.803)
Correção monetária e demais encargos financeiros	(45.534)	(35.761)	(44.850)	(35.761)
Juros	(88)	(25)	(188)	(25)
Outras	(158)	(331)	(58)	(331)
Total	(481.647)	(173.915)	(480.963)	(173.915)

Receita operacional	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014	30 de junho de 2015	30 de junho de 2014
Receita operacional direta resultante de propriedades para investimento	22.167	24.262	22.167	24.262
Despesas operacionais diretas resultantes de propriedades para investimento	(2.768)	(1.556)	(2.768)	(1.556)
Equivalência patrimonial	291	261	-	-
Provisão para impairment investimento	(21.735)	-	(21.735)	-
Outras receitas operacionais	197	7.165	234	7.305
Outras despesas operacionais	(32)	-	(32)	-
Total	(1.886)	30.132	(2.140)	30.011

A Companhia contabilizou a provisão para impairment de 100% de sua participação na IRB International Corporation and Subsidiaries, cujo saldo contábil em 30 de junho de 2015 totaliza em R\$ 21,375, em decorrência da baixa expectativa de realização do ativo líquido a valor de mercado, conforme laudo preparado por consultoria independente.

24.10. Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL e participações	30 de junho de 2015		30 de junho de 2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Alíquotas nominais vigentes	496.250	496.250	412.466	412.466
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	2536	1536	2536	1536
Adições e exclusões:	(124.062)	(74.438)	(103.117)	(61.870)
Incentivo licença maternidade	(13)	(8)	(22)	(14)
Juros sobre Capital Próprio	19.750	11.850	-	-
Remuneração administradores	(814)	(488)	(127)	(76)
Incentivos fiscais	(207)	(124)	(281)	(169)
Encargos de depreciação e amortização	(406)	(243)	(589)	(233)
Perdas em operações realizadas no exterior	(20)	(12)	(59)	(35)
Outras adições / exclusões	2.305	1.383	4.939	2.964
Participações Societárias	7.388	4.433	(129)	(77)
Provisão para Perda (plano saúde - pré 68)	(845)	(507)	906	544
Dedução IR corrente - incentivos/acertos	1.190	-	1.449	-
IR e CS na demonstração do resultado	(95.734)	(58.154)	(96.830)	(58.967)
Correntes	(113.747)	(68.922)	(113.080)	(68.718)
Diferidos	18.012	10.808	16.250	9.750

Lucro antes da provisão para IRPJ/CSLL e participações	2015		2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Alíquotas nominais vigentes	496.297	496.297	412.568	412.568
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	2536	1536	2536	1536
Adições e exclusões:	(124.074)	(74.445)	(103.142)	(61.885)
Incentivo licença maternidade	(13)	(8)	(22)	(14)
Juros sobre Capital Próprio	19.750	11.850	-	-
Remuneração administradores	(814)	(488)	(127)	(76)
Incentivos fiscais	(207)	(124)	(281)	(169)
Encargos de depreciação e amortização	(406)	(243)	(589)	(233)
Perdas em operações realizadas no exterior	(8)	(5)	(34)	(21)
Outras adições / exclusões	2.305	1.383	4.939	2.964
Participações Societárias	7.388	4.433	(129)	(77)
Provisão para Perda (plano saúde - pré 68)	(845)	(507)	906	544
Dedução IR corrente - incentivos/acertos	1.190	-	1.449	-
IR e CS na demonstração do resultado	(95.734)	(58.154)	(96.830)	(58.967)
Correntes	(113.794)	(68.962)	(113.182)	(68.718)
Diferidos	18.012	10.808	16.250	9.750

Adições da Lei nº 12.973
No dia 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conhecida como a Medida Provisória nº 627 que revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) e trouxe novas providências, dentre elas: (i) alterar o Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na MP encontram-se em Lei té vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar no potencial efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação da MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Resseguradora elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que não há efeitos relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas, desta forma, optou pela adoção da referida Lei em 1º de janeiro de 2015.

(b) Movimentação das contas de IRPJ e CSLL diferidos

Ativo fiscal diferido	Saldo em 31 de dezembro de 2014		Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 30 de junho de 2015
	Adições	Baixas			
Provisões trabalhistas	137.883	23.230	(23.021)	209	138.091
Provisão para desvalorização do investimento	77.575	41.857	(16.475)	25.382	102.957
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	100.772	14.892	(984)	13.908	114.680
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias	66.662	6.934	-	6.934	73.596
Provisão para contingências trabalhistas	19.230	5.702	(3.140)	2.562	21.792
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	15.756	12.163	(4.247)	-	23.672
Ajuste a valor de mercado - Investimento	(5.968)	-	(18.894)	-	(24.862)
Ganhos ou perdas atuais - Benefícios pós-emprego	(6.351)	-	(14.857)	-	(21.208)
Empregados	-	-	5.168	-	5.168
Outras provisões	2.336	68	-	68	2.404
Total ativo fiscal diferido	407.895	104.846	(76.450)	35.337	436.290

Passivo fiscal diferido	Saldo em 31 de dezembro de 2014		Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 30 de junho de 2015
	Adições	Baixas			
Atualização depósitos judiciais	31.716	6.517	-	6.517	38.233
Ajuste a valor de mercado - Títulos em negociação	-	-	-	-	-
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-
Total líquido fiscal diferido	31.716	6.517	-	6.517	38.233
Total líquido fiscal diferido	376.179	98.329	(76.450)	28.820	398.056

Ativo fiscal diferido	31 de dezembro de 2013		Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	30 de junho de 2014
	Adições	Baixas			
Provisões trabalhistas	133.461	13.844	(11.783)	2.060	135.522
Provisão para desvalorização do investimento	68.673	14.802	(18.785)	(3.983)	64.690
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	63.776	103.228	(70.761)	32.466	96.242
Provisão para contingências fiscais e previdenciárias	61.055	38.144	(38.105)	39	61.094
Provisão para contingências trabalhistas	18.794	7.020	(7.191)	(170)	18.624
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	13.224	278	(4.025)	-	(3.747)
Ajuste a valor de mercado - Investimento	-	-	-	-	-
Ganhos ou perdas atuais - Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
Outras provisões	1.111	-	-	-	1.111
Total ativo fiscal diferido	360.094	179.520	(151.503)	30.412	388.110

Passivo fiscal diferido	31 de dezembro de 2013		Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	30 de junho de 2014
	Adições	Baixas			
Atualização depósitos judiciais	21.810	4.412	-	4.412	26.222
Ajuste a valor de mercado - Títulos em negociação	-	-	-	-	-
Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-
Total passivo fiscal diferido	21.810	4.412	-	4.412	26.222
Total líquido	338.284	175.108	(151.503)	26.000	(2.397)

25. Plano de aposentadoria e pensões e outros benefícios a empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de Resseguros do Brasil - PREVIRB, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica. Os planos oferecidos são os de benefício definido (fechado) e de contribuição variável (aberto). As contribuições feitas pela capitalização nas avaliações atuariais, para as rendas de aposentadoria. As contribuições regime pela Companhia à PREVIRB, em 2015, incluindo o plano pré-68 (benefícios pagos aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1968), totalizaram R\$ 11.543 (R\$ 12.302 em 30 de junho de 2014).

A mais recente avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação dos benefícios definidos foi realizada em 30 de junho de 2015 pelas atuários do IRB Brasil RE Debora Perreira Tavares, MIBA 2011 e Fernanda Pinheiro Gomes, MIBA 1894. Sobre os valores obtidos em junho de 2015, a partir do método do crédito unitário projetado, foi realizada uma atualização a partir dos montantes de benefícios, descrições e hipóteses financeiras observadas desde então. Seguem as descrições dos planos patrocinados:

Planos de contribuição variável

A Companhia é patrocinadora do plano Previdencial B (Plano de contribuição variável), a partir de 2004. Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia em fundos controlados por agentes fiduciários.

A despesa total incorrida pela Companhia de R\$ 2.279 (R\$ 2.066 em 30 de junho de 2014), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Companhia a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

Nessa avaliação atuarial efetuada por atuários do IRB Brasil RE foi apurado um superávit técnico de R\$ 22.690 (R\$ 16.816 em 31 de dezembro de 2014) na PREVIRB que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pela SUSEP, não foi contabilizado na patrocinadora.

Planos de benefício definido

A Companhia concede planos de aposentadoria de benefício definido (Plano de Benefícios A e plano pré-68) para os empregados que se qualificam. De acordo com esse plano, os empregados têm direito à complementação calculada com base no estípite mensal, apurado na data de sua aposentadoria. A despesa total incorrida pela Companhia para plano A de R\$ 50 (R\$ 238 em 30 de junho de 2014), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Companhia a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

A despesa total incorrida pela Companhia para o plano pré-68 de R\$9.214 (R\$ 9.998 em 30 de junho de 2014), reconhecida na demonstração do resultado, refere-se a contribuições pagas pela Companhia a alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

Nessa avaliação atuarial para o plano pré-68, efetuada por atuários do IRB Brasil RE, foi contabilizada na patrocinadora uma provisão de R\$ 134.746 (R\$ 147.906 em 31 de dezembro de 2014), em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil aprovadas pela SUSEP.

Nessa avaliação atuarial efetuada por atuários do IRB Brasil RE foi apurado um superávit técnico, para o plano A, de R\$ 653.424 (R\$ 327.577 em 31 de dezembro de 2014) que, em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi contabilizado na patrocinadora.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

Hipóteses econômicas	Plano de benefícios pós-emprego administrados pela PREVIRB		Plano de benefícios pós-emprego administrados pelo IRB	
	2015	2014	2015	2014
Taxa real de desconto	6,00%	4,00%	6,00%	5,00%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos	INPC + 6,00%	INPC + 4,00%	INPC + 6,00%	INPC + 5,00%
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Zero	Zero	Não se aplica	Não se aplica
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrantes	Não adotada	Não adotada	Não se aplica	Não se aplica
Plano A: Não adotada	Plano A: Não adotada	1% até os 60 anos	Plano Médico: 1% até os 60 anos	
Plano B: 1% até os 60 anos	Plano B: 1% até os 60 anos	Demais Planos: Não se aplica	Demais Planos: Não se aplica	
Hipótese sobre rotatividade	Não adotada	Não adotada	Não se aplica	Não se aplica
Fatores de deterioração do valor real ao longo do tempo, benefícios INSS e do plano	Não adotados	Não adotados	Não se aplica	Não se aplica

Hipóteses demográficas

	AT-2000 MALE e AT-2000 FEMALE	AT-2000 MALE e AT-2000 FEMALE	AT-2000 MALE e AT-2000 FEMALE
Tábuas de sobrevivência	FEMALE	FEMALE	FEMALE
Tábuas de entrada em invalidez	MI-85	MI-85	MI-85
Tábuas de entrada de invalidez	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS

(*) A taxa de desconto foi apurada de acordo com a instrução da CVM 695, sendo utilizada com base a taxa de títulos do títulos públicos federais (NTN-B) com a indexação e os prazos esperados das obrigações de benefício pós-emprego.

Os valores apurados no resultado em junho de 2015 e os valores projetados para o período de dezembro de 2015 a dezembro de 2016, relativos ao plano A, que é o plano de benefício definido patrocinado pelo IRB Brasil RE junto à PREVIRB, são apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Custo dos serviços correntes	168	64
Custo dos juros	109.040	54.520
Juros sobre os ativos do plano	(137.641)	(68.820)
Valor esperado de contribuições dos empregados	(6.530)	(2.072)
Despesa (receita) no final do exercício/semestre	(32.963)	(16.288)

O valor reconhecido no balanço patrimonial decorrente das obrigações da empresa relacionadas a esse plano de benefício definido (Plano A) é apresentado a seguir:

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	1.025.030	1.303.641
Valor justo dos ativos do plano	(1.678.454)	(1.631.218)
Ativo líquido decorrente da obrigação de benefícios definidos	653.424	327.577

A movimentação no valor justo da obrigação do plano A no semestre/exercício atual é apresentada a seguir:

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	1.303.641	1.250.650
Custo dos serviços correntes	84	378
Custo dos juros	54.520	104.706
(Ganho) perda atuarial	(285.751)	37.542
Benefícios pagos	(47.456)	(89.635)
Valor presente das obrigações atuariais	1.025.030	1.303.641

A seguir encontram-se discriminados os Recursos Garantidores das Reservas da PREVIRB:

	30 de junho de 2015	31 de dezembro de 2014
Disponível	443	763
Realizável de investimentos		
Títulos públicos	1.079.445	1.043.629
Créditos privados e depósitos	377.219	391.842
Ações	42.991	68.539
Fundos de investimentos	144.265	110.636
Investimentos imobiliários	88.784	89.646
Empréstimos e financiamentos	4.948	4.840
	1.738.095	1.709.132
Exigível operacional de investimentos		
Créditos privados e depósitos	(42)	(40)
Ações	-	-
Investimentos imobiliários	-	(1)
Empréstimos e financiamentos	(208)	(298)
Outras exigibilidades (IOF)	(9)	(7)
	(259)	(346)
Exigível contingencial de investimentos	(20.523)	(2.716)
Recursos Garantidores	1.717.311	1.706.833

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria referente às Demonstrações Contábeis de 1º Semestre/2015

O IRB-Brasil Resseguros S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado que se rege pelo seu Estatuto Social e pela legislação vigente que lhe for aplicável e tem por objeto efetuar operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior. O Comitê de Auditoria do IRB-Brasil Resseguros S.A., é órgão consultivo estatutário, constituído em consonância com a Resolução CNSP 312/2014, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração e tem por finalidade: (i) assessorar o Conselho de Administração em suas funções de administração e fiscalização, principalmente no acompanhamento dos princípios e normas contábeis e das demonstrações financeiras da Empresa; (ii) monitorar o processo de Controles Internos da Empresa; e (iii) supervisionar as atividades e avaliar os trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna. É composto por um integrante do Conselho de Administração, o qual não participa da Diretoria e três membros independentes, não-vinculados à administração da sociedade. O presente relatório, emitido em observância ao artigo 17 da citada Resolução, apresenta as atividades desenvolvidas no período de janeiro a junho/2015, relativas ao acompanhamento das ações visando às demonstrações contábeis encerradas em 30.6.2015. Como resultado dos trabalhos, foram analisadas as demonstrações contábeis encerradas em 30.6.2015. A análise baseou-se nas informações recebidas nas reuniões com: (i) a Administração; (ii) auditores externos; (iii) auditoria interna; e (iv) demais áreas operacionais e administrativas. As demonstrações contábeis do IRB, incluídas as notas explicativas, foram auditadas pela empresa de auditoria independente externa, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. A Administração